JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.05.13 06:12:05 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 13, 14 e 15 de maio de 2023 • Nº 1559 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Justiça

Com dívida de R$ 11 bilhões, Light pede recuperação

O grupo Light informou nesta sexta-feira que entrou com pedido de RJ (recuperação judicial) na 3ª Vara Empresarial do Estado do RJ, alegando necessidade de buscar solução para dívidas de cerca de R$ 11 bilhões. As dívidas estão concentradas na distribuidora de energia de mesmo nome, mas o pedido foi apresentado pela holding para contornar limitações legais. Distribuidoras de energia são proibidas por lei de entrar em RJ. Segundo a reportagem apurou, o grupo tenta contornar a cobrança antecipada das dívidas da concessionária, o que colocaria em risco, inclusive, os pagamentos das operações com energia elétrica. Em comunicado, a companhia afirmou que os desafios de sua situação econômico-financeira se agravaram apesar de seus esforços recentes. Em 11 de abril, a Light pediu e conseguiu, também na Justiça do Rio, uma cautelar para suspender o pagamento de parte de suas dívidas e instaurar um procedimento de mediação coletiva com credores. PÁGINA 6

Faz o L

Petrobras deve anunciar corte nos preços dos combustíveis

Três dias após vazamento de informações sobre cortes nos preços dos combustíveis pelo governo, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, admitiu nesta sexta-feira que a empresa deve anunciar reduções na próxima semana. A antecipação dos reajustes pelo palácio do Planalto, com grande antecedência, se tornou alvo de críticas entre minoritários e o setor de combustíveis, que já sentem impactos da redução dos pedidos de renovação de estoques à espera dos preços mais baixos. Prates disse que trará na próxima semana novidades sobre política de preços. "Há uma chance de que, ao tratar desse assunto na semana que vem, a gente faça avaliação dos (preços dos) combustíveis", completou. Ele não adiantou, porém, datas nem detalhes sobre o que será divulgado em relação a política de preços, alegando que não quer "dar spoiler". Eventual corte nos preços responde à redução das cotações internacionais do petróleo. PÁGINA 2

Poupança

Saques podem afetar crédito imobiliário

A Caixa lançou nesta semana uma campanha para estimular o investimento dos brasileiros na poupança, mesmo em um momento no qual a aplicação apresenta um dos menores rendimentos dentro da renda fixa com a Selic em 13,75% ao ano. Segundo a presidente do banco, Maria Rita Serrano, a campanha vem na esteira dos fortes resgates ocorridos na poupança ao longo dos últimos meses, uma vez que a caderneta representa, junto com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), uma das principais fontes de captação para sustentar os financiamentos imobiliários realizados pelo banco. "Com a taxa de juros altíssima, estamos tendo perdas na poupança. PÁGINA 2

Abril

Inflação desacelera a 0,61%, mas fica acima de previsões

A inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desacelerou para 0,61% em abril, após subir 0,71% em março. É o que apontam os dados divulgados nesta sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Apesar de perder ritmo, o IPCA ficou acima das expectativas do mercado com a pressão dos preços de medicamentos e alimentos. Na mediana, analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam inflação de 0,55% em abril. Com o resultado, o IPCA desacelerou a alta para 4,18% no acumulado de 12 meses. É o menor nível desde outubro de 2020 (3,92%). PÁGINA 2

PL das Fake News

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASL

Moraes manda abrir inquérito contra Google e Telegram

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou nesta sexta-feira a instauração de inquérito sobre os dirigentes do Google e do Telegram no Brasil que tenham atuado contra o PL das Fake News. Em sua decisão, ele afirma que o inquérito será "em face dos diretores e demais responsáveis" das empresas que "tenham participado da campanha abusiva" contra o texto do Congresso. Ele determinou que a Polícia Federal atue durante um prazo inicial de 60 dias para elucidar eventuais suspeitas e que mensagens publicadas pelas companhias contra o projeto sejam preservadas e passem por perícia. Também autorizou que os representantes das plataformas no país prestem depoimentos à PF. O pedido de abertura do inquérito foi feito ao Supremo pela Procuradoria-Geral da República, que por sua vez atendeu a uma solicitação do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). São citados no pedido à PGR link disponibilizado pelo Google no dia 1º de maio, cujo título era "o PL das fake news pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil" e também a mensagem disparada pelo Telegram no último dia 9, que afirmava que seria aprovada uma lei que "irá acabar com a liberdade de expressão". PÁGINA 7

Dívidas

G7 discute risco de inadimplência dos EUA

Representantes financeiros do G7 discutiram pela primeira vez a "alta importância" de aumentar o limite da dívida dos EUA e evitar as repercussões negativas de um possível calote da dívida do governo norte-americano no mundo. A discussão ocorre em meio à dificuldade da Casa Branca e do Congresso americano chegarem a um acordo sobre a elevação do teto da dívida, que já é de US$ 31,4 tri. A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, reiterou que o fracasso do Congresso do país em aumentar o limite de dívida resultará em uma catástrofe econômica e financeira. Nesta sexta-feira, foi realizada, em Niigata, no Japão, a reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G7, grupo das sete maiores economias do mundo, formado por EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. O ministro da Fazenda Fernando Haddad, participou do evento como convidado, assim como representantes de outros países emergentes como Indonésia e Índia. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: 0,19% / 108.463,84 / 207,44 / Volume: R$ 25.420.372.952 / Negócios: 4.227.411

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
LOCAWEB ON ED NM	6.90	+12.01	+0.74
SABESP ON NM	51.98	+7.26	+3.52
PETROBRAS ON N2	29.1	+3.52	+0.99
PETROBRAS PN N2	26.25	+3.22	+0.82
EMBRAER ON NM	17.55	+2.75	+0.47

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
EZTEC ON NM	15.07	–6.46	–1.04
JBS ON NM	16.14	–6.71	–1.16
BRASKEM PNA N1	24.32	–4.85	–1.24
CVC BRASIL ON NM	3.27	–2.68	–0.09
ELETROBRAS ON N1	35.30	–2.30	–0.83

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	26.25	+3.22	+0.82
VALE ON NM	68.08	+0.10	+0.07
JBS ON NM	16.14	–6.71	–1.16
PETROBRAS ON N2	29.14	+3.52	+0.99
B3 ON NM	12.83	+0.39	+0.05

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.300,62	-0,03
NASDAQ Composite	12.284,743	-0,35
Euro STOXX 50	4.314,93	+0,16
FTSE 100	7.754,62	+0,31
DAX 30	15.913,82	+0,50
Ftse Mib	27.338,1	+0,88

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (03/05)	13,75%
Poupança 3 (13/5)	0,72%
TR (prefixada) (05/2023)	0,2423%
IGP-M	-0,95% (abr.)
IPCA	0,61% (abr.)
CDI 0,46	até o dia 12/mai.
OURO BM&F/grama	R$ 313,90
EURO Comercial	Compra: 5,3420 Venda: 5,3427
EURO turismo	Compra: 5,3896 Venda: 5,5696
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9228 Venda: 4,9234
DÓLAR comercial	Compra: 4,9228 Venda: 4,9234
DÓLAR turismo	Compra: 4,9318 Venda: 5,1118

Economia

MERCADOS

Bovespa tem 7ª alta seguida, mesmo com tombo de 17% da Light

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e o dólar oscilaram perto da estabilidade ao longo de todo o pregão desta sexta-feira e fecharam o dia com baixa variação, em um dia em que a atenção dos investidores esteve voltada para o pedido de recuperação judicial da Light.

Entre pequenas e altas desde a manhã, o Índice Bovespa (Ibovespa) conseguiu se manter no campo positivo ao final da sessão para fechar em leve alta de 0,15%, aos 108.423 pontos, marcando a sétima alta seguida, em um novo dia de forte alta para as ações da Petrobras.

Na semana, o índice teve alta de 3,11%, a maior desde a semana de 14 de abril, quando subiu 5,4%, com os agentes financeiros passando a adotar uma visão mais positiva para o desempenho da economia.

No câmbio, o dólar recuou 0,36%, cotado a R$ 4,922 para venda, com queda de 1,8% na semana.

O destaque negativo do dia no mercado ficou por conta da queda das ações da Light, que afundaram 17,2%, a R$ 3,85, após a holding informar nesta sexta que entrou com pedido de RJ (recuperação judicial) na 3ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro, alegando necessidade de buscar solução para dívidas de cerca de R$ 11 bilhões.

No mercado de juros futuros, o dia foi de alta para as taxas dos contratos de curto prazo, após a divulgação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de abril. O título para janeiro de 2024 subiu de de 13,25% para 13,3%, enquanto o contrato para janeiro de 2025 passou de 11,65% para 11,7%.

ABRIL

Inflação desacelera a 0,61%, mas fica acima de previsões

A inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desacelerou para 0,61% em abril, após subir 0,71% em março. É o que apontam os dados divulgados nesta sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Apesar de perder ritmo, o IPCA ficou acima das expectativas do mercado com a pressão dos preços de medicamentos e alimentos. Na mediana, analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam inflação de 0,55% em abril.

Com o resultado, o IPCA desacelerou a alta para 4,18% no acumulado de 12 meses. É o menor nível desde outubro de 2020 (3,92%). A variação era de 4,65% no acumulado até março de 2023.

Neste ano, o centro da meta de inflação, que serve como referência para o BC (Banco Central), é de 3,25%. O intervalo de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%).

Ou seja, a variação do IPCA até abril (4,18%) está abaixo do teto. A inflação, entretanto, tende a ganhar força novamente no segundo semestre de 2023, fechando o ano acima da meta, dizem analistas. Parte dessa previsão está associada à base de comparação.

Às vésperas das eleições de 2022, os preços de produtos como a gasolina foram reduzidos de maneira artificial pelo corte de tributos promovido pelo governo Jair Bolsonaro (PL).

Esse efeito deve sair do cálculo dos 12 meses até o final deste ano. A partir de julho, também há possibilidade de retorno integral de alíquotas de tributos federais sobre gasolina e etanol.

Na mediana, o mercado financeiro prevê IPCA de 6,02% até dezembro, conforme a edição mais recente do boletim Focus, divulgada pelo BC na segunda-feira passada. Se a estimativa for confirmada, este será o terceiro ano consecutivo de estouro da meta de inflação.

De acordo com a economista Claudia Moreno, do C6 Bank, o IPCA deve ficar ainda mais próximo de 4% até junho, mas a desaceleração não deve seguir à frente.

"Nossa previsão é que o IPCA volte a acelerar já a partir do segundo semestre, quando o efeito da redução de impostos adotada pelo governo em 2022 tiver saído completamente da base do IPCA", diz Moreno.

Para analistas, os chamados núcleos de inflação, que desconsideram impactos mais voláteis sobre os preços, seguem em nível elevado, mesmo com a perda de ritmo do índice cheio.

Isso dificulta cortes na taxa básica de juros (Selic) pelo BC no curto prazo, segundo o economista João Rabe, da gestora EQI Asset. O Copom (Comitê de Política Monetária), ligado ao BC, volta a se reunir em junho para definir o patamar da Selic, atualmente em 13,75% ao ano.

REMÉDIOS

Conforme o IBGE, todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados no IPCA apresentaram alta de preços em abril.

O destaque veio do ramo de saúde e cuidados pessoais. O ramo teve o principal impacto (0,19 ponto percentual) e a maior variação (1,49%) do índice.

"O resultado nesse grupo foi influenciado pela alta nos produtos farmacêuticos, justificada pela autorização do reajuste de até 5,60% nos preços nos medicamentos, a partir de 31 de março", disse André Almeida, analista da pesquisa do IBGE.

Os produtos farmacêuticos subiram 3,55% em abril. A contribuição foi de 0,12 ponto percentual no IPCA.

Na sequência dos grupos, vieram alimentação e bebidas (0,71%) e transportes (0,56%). Os segmentos tiveram contribuição de 0,15 ponto percentual e 0,12 ponto percentual, respectivamente.

A aceleração observada em alimentação e bebidas (de 0,05% para 0,71%) foi influenciada pela alimentação no domicílio, que passou de baixa de 0,14% em março para alta de 0,73% em abril.

Houve avanço nos preços do tomate (10,64%), do leite longa vida (4,96%) e do queijo (1,97%). Do lado das quedas, os destaques foram cebola (-7,01%) e óleo de soja (-4,44%).

No grupo dos transportes, até houve desaceleração de março para abril (de 2,11% para 0,56%). A perda de ritmo refletiu a queda dos preços dos combustíveis (-0,44%), que haviam subido 7,01% no mês anterior.

Óleo diesel (-2,25%), gás veicular (-0,83%) e gasolina (-0,52%) recuaram em abril. O etanol avançou 0,92%.

Ainda em transportes, a pressão veio das passagens aéreas, que subiram 11,97% no mês passado, após queda de 5,32% em março. Os bilhetes tiveram uma contribuição individual de 0,07 ponto percentual no IPCA.

NOVO PISO

Lula libera R$ 7,3 bi para pagar enfermagem

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou, nesta sexta-feira, projeto de lei que libera R$ 7,3 bilhões para o custeio do piso nacional da enfermagem.

Em 18 de abril, o chefe do Executivo havia assinado o PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) em cerimônia no Palácio do Planalto, mas o texto só foi agora publicado --e, portanto, oficializado.

A medida abre crédito especial no valor de R$ 7,3 bilhões em favor do Ministério da Saúde para garantir o pagamento aos profissionais do setor.

A autorização para liberar o crédito, o PLN, ainda precisa ser aprovado pelo Congresso, mas não deve encontrar resistências dos parlamentares.

Em dezembro do ano passado, o Congresso promulgou a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que estabelecia o valor do piso de R$ 4.750 para enfermeiros, R$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R$ 2.375 para auxiliares de enfermagem e parteiras.

O governo Lula vinha sendo cobrado pela categoria para implementar a medida, que foi suspensa por uma liminar do ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), após a proposta não prever impacto financeiro para os entes da federação.

Estados e municípios, por sua vez, pressionavam o governo no sentido contrário à proposta. O texto ganhou força diante do empenho da categoria durante a pandemia da Covid-19.

No final de março, o presidente Lula afirmou que o governo federal pretendia subsidiar o salário dos profissionais de enfermagem de Santas Casas para que o piso nacional da categoria seja implementado.

Lula afirmou que o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), reuniu-se com o ministro Luís Roberto Barroso para que fosse revogada a liminar suspendendo a aplicação do piso.

FAZ O L

Petrobras deve anunciar corte nos preços dos combustíveis

Três dias após vazamento de informações sobre cortes nos preços dos combustíveis pelo governo, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, admitiu nesta sexta-feira que a empresa deve anunciar reduções na próxima semana.

A antecipação dos reajustes pelo palácio do Planalto, com grande antecedência, se tornou alvo de críticas entre minoritários e o setor de combustíveis, que já sentem impactos da redução dos pedidos de renovação de estoques à espera dos preços mais baixos.

Em entrevista nesta sexta, Prates disse que trará na próxima semana novidades sobre política de preços. "Há uma chance de que, ao tratar desse assunto na semana que vem, a gente faça avaliação dos (preços dos) combustíveis", completou.

Ele não adiantou, porém, datas nem detalhes sobre o que será divulgado em relação a política de preços, alegando que não quer "dar spoiler".

Eventual corte nos preços responde à redução das cotações internacionais do petróleo. Segundo dados dos importadores, a gasolina vendida pela estatal está hoje R$ 0,39 por litro acima da paridade de importação. O diesel está R$ 0,28 mais caro.

As primeiras notícias sobre cortes nos preços surgiram na quarta-feira passada, após reunião de Prates com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No dia seguinte, parlamentares, influenciadores alinhados e até um ministro inundaram as redes sociais com informações sobre o tema.

Eles celebravam que o preço da gasolina será reduzido em R$ 0,30 por litro, o do diesel, em R$ 0,10 por litro, e o do gás de cozinha, em R$ 15 por botijão de 13 quilos. Uma montagem com o rosto de Lula, dizendo que o governo anunciou corte no preço do gás de cozinha começou a circular.

"Ótima notícia: botijão de gás de cozinha vai ficar R$ 15 mais barato a partir da semana que vem!", escreveu na quinta-feira o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta.

"Boa notícia! O governo acaba de anunciar redução no preço do botijão de gás de cozinha. O gás vai ficar R$ 15 mais barato a partir da semana que vem! Faz o L!", repercutiu o senador Humberto Costa (PT-PE), citando o ministro como fonte.

A antecipação dos cortes contraria a estratégia de divulgações da Petrobras, que geralmente anuncia reajustes em comunicados ao mercado, com início de vigência no dia seguinte. Por isso, se tornou alvo de críticas tanto entre minoritários da empresa quanto no setor de combustíveis.

DÍVIDAS

G7 discute risco de inadimplência dos EUA

Representantes financeiros do G7 discutiram pela primeira vez a "alta importância" de aumentar o limite da dívida dos EUA e evitar as repercussões negativas de um possível calote da dívida do governo norte-americano no mundo. A discussão ocorre em meio à dificuldade da Casa Branca e do Congresso americano chegarem a um acordo sobre a elevação do teto da dívida, que já é de US$ 31,4 tri.

A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, reiterou que o fracasso do Congresso do país em aumentar o limite de dívida resultará em uma catástrofe econômica e financeira. Nesta sexta-feira, foi realizada, em Niigata, no Japão, a reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G7, grupo das sete maiores economias do mundo, formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

O ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad, participou do evento como convidado, assim como representantes de outros países emergentes como Indonésia e Índia.

Para o presidente do Banco Mundial, David Malpass, o risco de um calote dos EUA está se somando aos problemas enfrentados pela desaceleração da economia global, com o aumento das taxas de juros e altos níveis de dívida já sufocando os investimentos necessários para alimentar uma atividade produtiva mais alta.

RECURSOS

Caixa: saques na poupança ameaçam crédito imobiliário

A Caixa lançou nesta semana uma campanha para estimular o investimento dos brasileiros na poupança, mesmo em um momento no qual a aplicação apresenta um dos menores rendimentos dentro da renda fixa com a Selic em 13,75% ao ano.

Segundo a presidente do banco, Maria Rita Serrano, a campanha vem na esteira dos fortes resgates ocorridos na poupança ao longo dos últimos meses, uma vez que a caderneta representa, junto com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), uma das principais fontes de captação para sustentar os financiamentos imobiliários realizados pelo banco.

"Com a taxa de juros altíssima, estamos tendo perdas na poupança. E, ao perder recursos em poupança, tornamos o investimento em habitação mais caro, já que temos que ir atrás de outros fundings mais caros para continuar financiando a habitação", afirmou a executiva durante conversa com jornalistas nesta sexta-feira para comentar os resultados do banco no primeiro trimestre.

A despeito da escalada da Selic, que saiu da mínima histórica de 2% em março de 2021 para os atuais 13,75%, a aplicação da caderneta segue com o rendimento inalterado em 6,17% ao ano, mais a TR (Taxa Referencial).

A remuneração da poupança é de 0,5% ao mês sempre que a Selic estiver acima de 8,5% ao ano. Já quando a taxa básica é de até 8,5%, o rendimento da poupança equivale a 70% da Selic.

Frente à baixa rentabilidade, dados do BC mostram que a poupança sofreu um saque líquido de R$ 6,087 bilhões em março. No acumulado do primeiro trimestre, a aplicação já acumula resgates da ordem de R$ 51,233 bilhões.

"A poupança é uma opção segura que não paga imposto de renda e é importante desenvolver a cultura da poupança", afirmou a presidente da Caixa. A executiva disse ainda que as discussões em curso no STF (Supremo Tribunal Federal) que tratam de uma possível alteração na remuneração do FGTS também podem resultar em um encarecimento do investimento público em habitação.

Se por um lado, individualmente, os trabalhadores podem ter um ganho maior, sob uma ótica do coletivo, a alteração pode prejudicar o fomento de políticas públicas, afirmou a presidente do banco.

"Estamos falando de um debate complexo, no sentido de que qualquer mudança na formulação da remuneração do FGTS pode ter impacto sobre os investimentos públicos", disse Maria Rita.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 31 de março de 2023. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	274.695	212.877	116	22.560
Aplicação financeira	6	103.408	310.267	5.300	310.267
Contas a receber	7	116.768	67.201	-	-
Estoques	8	23.595	27.256	-	-
Créditos tributários	9	56.701	66.204	-	-
Adiantamento a fornecedor		12.888	64.680	-	391
Outras contas a receber	10	3.491	47.592	301	301
Despesas antecipadas	11	22.243	33.944	-	-
		613.789	830.021	5.717	333.519
Não Circulante					
Depósitos judiciais		-	38	-	-
Ativo disponível para venda	12	88.242	88.243	-	-
Créditos tributários	9	53.948	66.016	32.360	32.360
Outras contas a receber	10	19.320	14.757	16.030	11.256
Partes relacionadas	13	203.604	12.054	264.999	48.474
Controladas e coligadas	14	106.053	90.490	636.723	586.610
Outros investimentos		3.550	2.430	-	-
Imobilizado	15	303.135	282.837	-	-
Intangível	15	213.867	168.696	-	-
Diferido		-	-	-	-
		991.719	725.561	950.112	678.699
Total do Ativo		**1.605.508**	**1.555.582**	**955.830**	**1.012.218**

Passivo	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Circulante					
Fornecedores	16	40.537	46.447	-	8.835
Empréstimos e financiamentos	17	423.523	469.540	273.317	214.080
Obrigações fiscais e sociais	18	12.685	39.733	1.170	25.964
Salários e encargos	18	9.747	9.150	319	69
Adiantamentos de clientes		3.072	3.236	-	-
Outras contas a pagar	19	44.649	9.476	-	-
		534.213	577.582	274.806	248.948
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	761.681	714.683	661.014	714.609
Impostos diferidos	20	212.777	161.792	-	-
Impostos parcelados		-	2.962	-	2.962
Partes relacionadas	13	102.902	45.063	90.752	46.258
Provisão para contingências	21	13.085	9.741	-	-
Provisão para perda de investimentos	14	9.348	23.648	10.789	23.648
Outras contas a pagar	19	53.191	44.475	-	-
		1.152.984	1.002.364	762.555	787.478
Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	22				
Capital social		1.661.022	1.661.022	1.661.022	1.661.022
Reservas de lucros		149.881	149.881	149.881	149.881
Resultados abrangentes		(418.484)	(415.439)	(418.484)	(415.439)
Prejuízos acumulados		(1.473.949)	(1.419.673)	(1.473.949)	(1.419.673)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		(81.531)	(24.208)	(81.531)	(24.208)
Participação de não controladores		(158)	(156)	-	-
Total do Passivo a Descoberto/Patrimônio líquido		(81.689)	(24.364)	(81.531)	(24.208)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.605.508**	**1.555.582**	**955.830**	**1.012.218**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Receita líquida	23	1.732.800	869.299	-	-
Custos	24	(1.608.000)	(783.430)	-	-
Resultado Bruto		124.800	85.869	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas Administrativas	24	(118.749)	(100.148)	(6.010)	(14.151)
Despesas Tributárias		(14.412)	(4.921)	(836)	(2.503)
Depreciações		(3.690)	(11.523)	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	33.641	(37.020)	26.714	(164.756)
Outros resultados operacionais	25	40.960	88.718	53.466	156.935
		(62.250)	(64.894)	73.333	(24.475)
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado financeiro		62.550	20.975	73.333	(24.475)
Receitas financeiras		93.748	49.048	3.489	543
Despesas financeiras		(188.294)	(106.802)	(131.100)	(50.824)
Resultado Financeiro líquido	26	(94.546)	(57.754)	(127.611)	(50.281)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(31.996)	(36.779)	(54.277)	(74.756)
Contribuição Social		(6.022)	(10.677)	-	(9.261)
Impostos de Renda		(16.267)	(29.605)	-	(25.700)
IR e Contribuição Social - Diferidos		-	(83.783)	-	(51.127)
	27	(22.289)	(124.065)	-	(86.089)
Prejuízo do exercício		(54.285)	(160.844)	(54.277)	(160.845)
Prejuízo atribuível a:					
Acionistas controladores		(54.285)	(160.844)	(54.277)	(160.845)
Acionistas não controladores		8	(1)	-	-
Prejuízo do exercício		(54.277)	(160.845)	(54.277)	(160.845)
Número de ações ao final do exercício	22			1.440.894.965	1.440.894.965
Prejuízo do exercício por ação - Em Reais				(0,04)	(0,11)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Prejuízo do exercício	(54.277)	(160.845)	(54.277)	(160.845)
Outros resultados abrangentes				
Ajuste de avaliação patrimonial - investidas	(3.045)	(5.750)	(3.045)	(5.750)
Total do resultado abrangente do exercício	(57.322)	(166.595)	(57.322)	(166.595)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(54.277)	(160.845)	(54.277)	(160.845)
Ajustes por:				
Depreciação/Amortização	3.690	14.614	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(33.640)	37.020	(26.714)	164.756
Acionistas não controladores	(2)	(1)	-	-
Provisão de Juros sobre financiamentos	130.952	50.822	130.952	50.822
Resultado na alienação de investimentos	-	-	-	-
Valor da alienação do imobilizado baixado	-	33.975	-	-
Prejuízo do exercício - ajustado	46.723	(24.416)	49.961	54.733
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Diminuição (aumento) nas contas a receber	(49.731)	(2.849)	-	-
Diminuição (aumento) estoques	3.661	343	-	-
Diminuição (aumento) tributos a recuperar	21.571	87.784	-	61.623
Diminuição (aumento) em adiantamentos a fornecedores	51.792	(20.584)	391	-
Diminuição (aumento) outras contas a receber	55.840	(57.033)	-	8.109
Aumento (diminuição) fornecedores	(5.910)	29.162	(8.835)	8.828
Aumento (diminuição) obrigações fiscais e sociais	20.975	68.024	(27.757)	22.662
Aumento (diminuição) salários, encargos	597	256	251	-
Aumento (diminuição) em adiantamento de clientes	-	(4.816)	-	-
Aumento (diminuição) outras contas a pagar - Passivos circulante e não circulante	12.060	43.119	-	(17.855)
Recursos líquidos gerados (usados) nas atividades operacionais	157.578	118.991	14.012	138.100
Caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	157.578	118.991	14.012	138.100
Fluxo de Caixa das atividades de investimento				
(-) Baixa de investimento	3.782	165.246	5.076	164.602
(-) Valor residual de ativo imobilizado e intangível	(69.158)	35.286	-	-
(-) aquisição de controlada (líquido do caixa incluído na aquisição)	(4.170)	(7.594)	(49.155)	2.606
Recursos líquidos gerados pelas/(usados) nas atividades de investimento	(69.546)	192.938	(44.079)	167.208
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	68.465	-	68.465
Aumento (diminuição) partes relacionadas - Ativo e passivo circulantes	(103.101)	(11.912)	(172.031)	(29.627)
Amortização de empréstimos/financiamento	(129.972)	(31.655)	(125.312)	(15.218)
Recursos líquidos gerados nas atividades do financiamento	(233.073)	24.898	(297.343)	23.620
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(145.041)	336.827	(327.410)	328.929
Variação de caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	523.144	186.317	332.826	3.898
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	378.103	523.144	5.416	332.827
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(145.041)	(327.410)	(327.410)	328.930

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital social: Subscrito	Capital social: A integralizar	Reservas de lucros: Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Rserva de retenção de lucros	Resultado Abrangentes	Prejuízos acumulados	Participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021		1.592.557	-	921	7.446	137.646	(405.821)	(1.258.829)	73.920	(155)	73.765
Aumento de capital	22	68.928	(463)	-	-	-	-		68.465	-	68.465
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-		-	(1)	(1)
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo		-	-	-	-	-	(5.750)		(5.750)	-	(5.750)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(160.844)	(160.844)	-	(160.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.661.485	(463)	921	7.446	137.646	(411.571)	(1.419.673)	(24.209)	(156)	(24.364)
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-		(1)	(1)
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo		-	-	-	-	-	(3.045)	-	(3.045)	-	(3.045)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(54.277)	(54.277)	-	(54.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.661.485	(463)	921	7.446	137.646	(414.616)	(1.473.950)	(81.531)	(157)	(81.689)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1 – Objeto social: A Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A "QGDN" é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Queiroz Galvão S/A, tendo sido criada em 1º de fevereiro de 1998 como parte de um amplo processo de reestruturação do Grupo Queiroz Galvão, novos planos estratégicos e de realinhamento das operações por áreas de atividade. Neste contexto, a Companhia tem como objetivo participar no capital de outras Entidades. **1.2 - Operações da Companhia:** As subsidiárias diretas da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.-QGDN, e suas respectivas áreas de negócios são: **Timbaúba S/A -** A Timbaúba S/A, tem como atividades a agricultura irrigada, industrialização de produtos agrícolas próprios e de terceiros, com destaque para a produção de sucos concentrados, diluídos e de bebidas; a comercialização, inclusive exportação de produtos próprios e de terceiros, principalmente frutas. **Potiporã Alimentos Ltda.:** A Potiporã Alimentos Ltda., tem como finalidade a industrialização, comercialização, importação e exportação de alimentos, inclusive de matérias-primas e bens utilizados em qualquer fase do processo industrial. **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.:** A Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A., tem como objetivo exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099. **COSIMA – Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda. e a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré:** A COSIMA – Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda. e a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré têm como atividade a produção e comercialização, inclusive importação e exportação, de ferro gusa, carvão vegetal e de produtos siderúrgicos em geral e seus subprodutos. **Energia Verde Produção Rural Ltda.:** A Energia Verde Produção Rural Ltda., tem como atividade a produção rural de produtos de origem vegetal, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou de industrialização rudimentar, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos por esses processos. **Potiporã Energia S/A, a Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S/A, e a RBF Geração Energia S/A:** A Potiporã Energia S/A, a Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S/A, e a RBF Geração Energia S/A tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e a operação de empreendimentos relacionados à geração, distribuição e/ou comercialização de Energia Elétrica. **Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A:** A Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A tem por objeto a participação em sociedades, como acionista ou cotista, que atuem no setor de energia elétrica. Em setembro de 2022, foi efetuada uma permuta, no qual 100% das ações da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A., foi transferida para a Álya Construtora S.A. **Locav Locadora Ltda.:** A Locav Locadora Ltda., tem como objetivo a exploração no ramo de locação de veículos e máquinas novos e usados de sua propriedade, nacionais ou importados, sem utilização de mão de obra, bem como a gestão da frota de seus veículos e máquinas. Em setembro de 2022, em um processo de permuta junto com a Álya Construtora, a QGDN passou a ser controladora da Locav com 100% de suas ações. **Somah Participações Empresariais S/A:** Somah Participações Empresariais S/A, tem como objetivo a participação, como acionista ou cotista, no capital de sociedades. **Headlight Vital Energia S/A:** A Headlight Vital Energia S/A, tem como objetivos: 1) a execução e operação de serviços em geral na área de saneamento; 2) a participação, com recursos próprios, de outras empresas com objetivos similares à atividade de saneamento; 3) a exploração e aproveitamento do potencial de energia, bem como a geração e cogeração de energia e a distribuição e venda de energia; 4) a operação de usinas; 5) a realização de serviços e atividades compatíveis e correlatas com os objetivos sociais. ***Empreendimento Controlado em Conjunto:*** **Cimento Portland Participações S.A. e a CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.:** A Cimento Portland Participações S.A. e a CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A. têm como atividade a fabricação, comercialização varejista e importação de cimento, cal, produtos calcários e correlatos. **Coligada: VIAPAR – Rodovia do Paraná S/A:** A VIAPAR – Rodovia do Paraná S/A tem como objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração de trechos rodoviários. **Concessionária Rio – Teresópolis S.A. – CRT:** A Concessionária Rio – Teresópolis S.A. – CRT tem como atividades, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. **Concessionária Move São Paulo S.A.:** A Concessionária Move São Paulo S.A. A Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move São Paulo" ou "Companhia" ou "Concessionária"), é uma sociedade anônima de Propósito Específico (SPE), de capital fechado. Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social, específica e exclusivamente, a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 – Laranja de metrô da cidade de São Paulo, contemplando a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção, exploração e expansão da Linha 6 – Laranja ("Empreendimento"), sendo permitido à Companhia realizar projetos associados e auferir receitas acessórias, nos termos e condições do "Contrato de Concessão" firmado entre o Estado de São Paulo ("Poder Concedente") e a Concessionária. **Concessionária Rio Barra S/A:** A Concessionária Rio Barra S/A tem como objetivo social exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metroviário de passageiros da linha 4 do metrô do Rio de Janeiro. Em setembro de 2022, 100% da participação da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A foi transferida para a Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 31 de março de 2023. **b) Continuidade:** A Administração vem avaliando a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **c) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (f). **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. **e) Transações e saldos em moedas estrangeiras:** As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2022. **2.2 - Demonstrações Contábeis Individuais:** As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.3 - Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as da controladora Queiroz Galvão S.A. e as empresas controladas nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na nota explicativa nº 14. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações. No processo de consolidação, foram feitas as seguintes eliminações: (i) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas e (iv) destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido. **2.4 - Novas normas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): • Alteração do IAS "Apresentação das Demonstrações Contábeis": Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º. de janeiro de 2023. • IFRS 17 Contratos de Seguros – A partir de 1º. de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice statements* 2 – Divulgação de políticas contábeis: alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". A partir de 1º. de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e erro – esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis. A partir de 1º. de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro – Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. A partir de 1º. de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

3 - Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Apuração do resultado:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5. ***Empréstimos e recebíveis:*** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos

QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de Aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **e) Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se o objetivo da administração for a destinação para venda, tais ativos são mensurados a valor justo conforme CPC 31. **f) Investimentos:** Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. **g) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **h) Intangível:** A investida Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A., reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **j) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As controladas que apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro Presumido, o qual estabelece um percentual de presunção sobre as receitas tributáveis. O recolhimento efetivo do imposto de renda e da contribuição social é diferido enquanto não houver a liquidação financeira (regime de caixa) dos valores a receber. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal. **k) Provisões: (i) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **(ii) Contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **l) Reconhecimento de receita:** As controladas da Companhia reconhecem as receitas quando os valores das mesmas podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. **(a) Vendas de produtos:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **(b) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **(c) Receita de serviços:** A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. **(d) Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estas podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). **m) Resultado básico e diluído por ação:** A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **n) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

5 - Caixa e Equivalente de Caixa

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
a) Caixa e equivalente de Caixa				
Caixa	162	151	-	-
Depósitos bancários à vista	274.533	15.228	116	203
	274.695	15.379	116	203
b) Títulos e valores mobiliários				
Fundo de investimento - Renda fixa (i)	-	197.498	-	22.357
	-	197.498	-	22.357
	274.695	212.877	116	22.560

(i) As aplicações financeiras referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados em média à taxa de 95%, em 2021, do CDI.

6 - Aplicação Financeira

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Letras Financeiras do Tesouro (i)	5.300	310.267	5.300	310.267
Fundo de investimento - Renda fixa (ii)	98.108	-	-	-
	103.408	310.267	5.300	310.267

(i) O saldo é referente a aplicações em fundo de investimento renda fixa caixa restrito vinculado ao banco Genial, remunerado em média a taxa de 100% da taxa SELIC emissor tesouro nacional. O fundo é mantido especificamente para amortização e liquidação dos empréstimos, conforme acordo global de restruturação de dívida Nota 17. (ii) As aplicações financeiras em instituições bancárias de primeira linha referem-se a títulos pós-fixados (Certificado de Depósito Bancário) remunerados entre 95,5% e 101,5% do DI. Os saldos em *Escrow* (Banco Itaú) estão alocados em Fundo de Investimento que buscam acompanhar as variações do CDI.

7 - Contas a Receber de Clientes: a) Os valores do contas a receber de clientes, detalhados por atividade operacional:

		Circulante
Consolidado	2022	2021
Produtos Siderúrgicos	10.371	14.641
Rodovias - concessão	10.335	8.005
Energia Elétrica - concessão	-	112
Serviços Locações	6.154	-
Agroindústria	89.909	44.442
	116.768	67.201

b) Os valores detalhados por vencimento:

		Circulante
Consolidado	2022	2021
Vencido até 180 dias	37.321	1.885
Vencidos mais que 180 dias	30.248	23.870
A Vencer até 30 dias	13.725	16.765
A Vencer de 31 a 60 dias	24.288	24.681
A Vencer mais que 90 dias	11.186	-
	116.768	67.201

c) Valores detalhados por empresa:

Empresas	Saldo
Locav	6.154
Tamoios	10.335
Timbaúba	89.908
V.pindare	10.371
Total	116.768

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito. Os créditos estão devidamente negociados com os clientes e estão sendo recebidos de acordo com cronograma de negociação.

8. Estoques

		Circulante
Consolidado	2022	2021
Almoxarifado (i)	16.488	22.405
Produtos Acabados (ii)	6.801	3.817
Produtos em processo	306	1.034
	23.595	27.256

i) Representado por material de uso e consumo na produção das controladas; ii) Representada pela investida Timbaúba S.A., com a atividade operacional na agroindústria e com seus principais produtos relacionados como: água de coco e suco, ambos envazados.

9 - Créditos tributários

	Consolidado		Contoladora	
Circulante	2022	2021	2022	2021
IRRF a compensar (a)	1.930	10.045	-	-
IRPJ/CSLL a recuperar (b)	7.251	7.381	-	-
ICMS a recuperar	10.651	10.716	-	-
PIS/COFINS a compensar	36.869	38.063	-	-
	56.701	66.204	-	-

	Consolidado		Controladora	
Não Circulante	2022	2021	2022	2021
IRRF a compensar (a)	67	67	67	67
IRPJ/CSLL a recuperar (b)	53.881	65.949	32.293	32.293
	53.948	66.016	32.360	32.360

a) IRRF a compensar – refere-se basicamente a Imposto Renda Retido na Fonte de aplicações financeiras e de outras retenções. **b)** IRPJ/CSLL a recuperar circulante – refere-se a provisão de Imposto de Renda e Contribuição social sobre prejuízos fiscais que as investidas têm expectativa de realização por resultados futuros. A controladora é uma *holding* pura e tem como contexto operacional a participação de capital de outras entidades e possui o saldo de IRPJ/CSLL a recuperar no não circulante no valor de R$ 32.293 em 2022 (R$32.293 em 2021). A administração da Companhia mantém estudos e negociações em andamento objetivando a alienação de participações de algumas de suas investidas. O estudo de valorização sobre estas investidas, elaborado pela administração da Companhia, demonstram valores de realização com estas futuras negociações, superior aos valores registrados, com expectativa de ganhos de capital. Devido à referida expectativa de ganhos com estas operações, a Administração manteve registrado os saldos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal. **c)** A composição dos tributos a compensar no circulante possui basicamente saldos de PIS, COFINS, IRPJ e ICMS das controladas Pindaré, Energia Verde e Cosima, no montante de R$ 22.286.

10 - Outras Contas a Receber

	Circulante		Não Circulante	
Consolidado	2022	2021	2022	2021
Adiantamento funcionário	341	167	-	-
Contas a receber **(i)**	-	44.180	16.030	11.256
Faixa de domínio	-	-	-	3.455
Outros adiantamentos concedidos **(ii)**	3.150	3.245	3.290	46
	3.491	47.592	19.320	14.757

(i) Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. ativo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento do aporte segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017. **(ii)** Timbaúba S.A. refere-se a depósitos judiciais ativo circulante. Ativo não circulante, Tamoios S.A em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A Companhia fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados em de 17 de dezembro de 2018. As quantias referentes às parcelas de 30% e 40% do valor total já foram recebidas, respectivamente, em dezembro de 2018 e abril de 2019. Os 30% restantes serão recebidos por meio de 15 parcelas anuais, sendo a primeira recebida em fevereiro de 2020 e a segunda, referente a fevereiro de 2021, recebida em julho de 2021, com os devidos acréscimos de multa e juros, a terceira parcela foi recebida em 02 de março de 2022.

11 - Despesas antecipadas

		Consolidado
	2022	2021
Prêmio de seguros	21.473	33.264
Juros a transcorrer	771	680
	22.243	33.944

12 - Ativos disponíveis para venda

	2022	2021
Fazendas (i)	88.243	88.243
	88.243	88.243

(i) Refere-se aos ativos da controlada Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda. disponibilizados para venda. Os ativos estão mensurados a valor justo conforme CPC 31.

13 - Partes Relacionadas: As operações com partes relacionadas não possuem prazo de vencimento e não sofrem incidência de encargos ou qualquer taxa de remuneração. A classificação dos valores no ativo e passivo não circulantes exprimem a expectativa da Administração na realização dos saldos.

a) Consolidado

	2022		2021	
Consolidado	Ativo não Circulante	Passivo não Circulane	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Cimento Portland Participações S.A.	-	-	323	-
Álya Construtora S/A (ii)	126.406	-	-	316
Aquiles Global Corp (i)	-	43.216	-	43.216
Queiroz Galvão S.A.	-	46.444	-	-
Queiroz Galvão Tecnologica em Defesa e Seg.	-	13.229	-	-
Guarany Siderurgia e Mineração S/A	5.895	-	5.621	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário	34.392	-	-	-
Energia Verde Produção Rural Ltda	-	-	5.540	-
Estaleiro Atlântico Sul	35.949	-	-	-
Outros	963	13	570	1.531
	203.604	102.902	12.054	45.063

b) Controladora

	2022		2021	
Controladora	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Timbaúba S/A	44.228	-	36.482	-
Álya Construtora S/A	98.648	-	-	316
Aquiles Global Corp (i)	-	43.216	-	43.216
Queiroz Galvão S.A.	-	46.444	-	-
Queiroz Galvão Energia S/A	70	-	546	
Dividendos a receber	-	-	-	-
Cimento Portland Participações S.A.	323	-	323	
CIA Siderúrgica Vale do Pindaré	1.660	-	-	-
Energia Verde Produção Rural Ltda	130	-	5.000	-
Cosima Siderúrgica do Maranhão	43.277	-	-	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário	22.757	-	-	-
Estaleiro Atlântico Sul	35.949	-	-	-
REP S.A.	11.635	-	-	-
Outros	6.322	1.092	6.123	2.726
	264.999	90.752	48.474	46.258

(i) Saldo refere-se a cessão de dívida que em 2020 era com a empresa CQG Offshore, em 2021 foi transferida para Aquiles Global Corp., conforme instrumento particular de confissão e compensação de dívidas, cessão de direitos e obrigações e outras avenças (ii) O saldo de R$ 126.406 (Consolidado) é composto pelos montantes de R$ 98.648, a serem recebidos pela Companhia da parte relacionada, e R$ 27.758, que são oriundos de mútuos a receber pela Locav Locadora Ltda. com a partes relacionada. As transações são efetuadas em condições usuais de mercado e não tiveram incidência de encargos e não possuem data de vencimento.

14 - Participações em Sociedades Controladas e Coligadas

a) Composição do investimento:

		2021		2022	
Empresas	Partici-pação	Total do Investi-mento	Resultado da equivalência patrimonial	Total do Investi-mento	Resultado da equivalência patrimonial
Controladas					
Timbaúba S/A	100,00%	181.058	(71.604)	179.715	(4.792)
Potiporã Alimentos Ltda.	100,00%	1	-	1	-
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	100,00%	173.302	10.395	177.795	4.493
Concessionária Rio Barra S/A	33,34%	1.024	(1.884)	-	1.550
Cosima - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda.	100,00%	2.964	(18.896)	3.271	2.025
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré	100,00%	116.448	(47.246)	111.535	(17.477)
Energia Verde Produção Rural Ltda.	100,00%	6.079	17	7.458	1.378
Potiporã Energia S/A	100,00%	1.013	-	1.013	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S/A (i)	90,20%	873	(0)	-	-
RBF Geração Energia S/A	100,00%	1	-	1	-
Somah Participações Empresariais S/A	100,00%	318	4	332	13
Locav Locadora Ltda. (ii)	100,00%	-	-	49.578	7.905
Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A	100,00%	1.757	(402)	-	(460)
Headlight Vital Energia	100,00%	258	(5)	267	10
Empreendimento controlado em conjunto					
Cimento Portland Participações S.A.	50,00%	2.301	(81)	2.188	(113)
CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.	50,00%	58.444	8.252	68.587	10.142
Coligadas					
Saneamento Ambiental Águas do Brasil	12,33%	-	26.793	-	-
Concessionária Move São Paulo S.A.	39,79%	9.566	(949)	5.676	886
Viapar - Rodovia do Paraná S/A (i)	24,08%	-	(82.384)	-	14.301
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT	21,35%	31.202	13.232	29.306	6.853
(a) Total dos Investimentos		**586.610**	**(164.756)**	**636.723**	**26.714**

b) Movimentação do investimento:

Investidas	2021	Outras Variações	Resultado Abrangente	Equivalência Patiimônial	2022
Controladas					
Timbaúba S/A	181.058	3.795	(3.045)	(4.792)	179.715
Potiporã Alimentos Ltda.	1	-	-	-	1
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	173.302	-	-	4.493	177.794
Concessionária Rio Barra S/A	1.024	(2.574)	-	1.550	-
Cosima - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda.	2.964	(1.718)	-	2.025	3.271
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré	116.448	12.564	-	(17.477)	111.535
Energia Verde Produção Rural Ltda.	6.079	-	-	1.378	7.458
Potiporã Energia S/A	1.013	-	-	-	1.011
Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S/A (i)	873	(873)	-	-	-
RBF Geração Energia S/A	1	-	-	-	1
Somah Participações Empresariais S/A	318	-	-	13	335
Locav Locadora Ltda. (ii)	-	41.673	-	7.905	49.578
Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A	1.757	(1.493)	-	(460)	-
Headlight Vital Energia	258	(1)	-	10	267
Empreendimento controlado em conjunto					
Cimento Portland Participações S.A.	2.301	2	-	(113)	2.188
CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.	58.444	-	-	10.142	68.587
Coligadas					
Saneamento Ambiental Águas do Brasil	-	-		-	-
Concessionária Move São Paulo S.A.	9.566	(4.778)	-	886	5.675
Viapar - Rodovia do Paraná S/A (i)	-	-	-	14.301	-
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT	31.202	(8.749)	-	6.853	29.307
(a) Investimento Líquido	**586.610**	**37.848**	**(3.045)**	**26.714**	**636.723**

(i) Viapar – Rodovia do Paraná S/A e Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S/A, Patrimônio líquido das investidas está negativa, com isso o saldo está apresentado no passivo não circulante; **(ii)** Em setembro de 2022, houve uma permuta de 100% da participação que a Álya Construtora tinha sobre o patrimônio líquido da Locav Locadora Ltda. foi transferida para a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. Vide nota 30.

c) Composição dos investimentos - **Consolidado:** Em 31 de dezembro de 2022, os saldos na conta de investimento das demonstrações contábeis consolidadas, conforme orientação do CPC 19, está composto pelo investimento nas seguintes coligadas em que a administração é compartilhada:

	% Parti-cipação	2021	Outras Varia-ções	Resulta-do Abrar-gente	Equivalên-cia Patri-monial	2022
Cimento Portland Participações S.A.	50,00	2.301	-	-	(113)	2.188
CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.	50,00	58.444	1	-	10.142	68.587
Concessionária Move São Paulo S.A.	39,79	9.566	(4.777)	-	886	5.675
Viapar - Rodovias do Paraná S/A.	24,08	-		-	14.301	-
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT	21,35	31.202	(8.748)	-	6.853	29.307
Concessionária Rio Barra S/A	33,34	1.024	(2.574)	-	1.550	-
Getesb Gestão, Estudos e Tecnologia	24,17	153	3	-	12	168
Gms Gestão e Mant. de Saneam. Básico Ltda.	21,95	117	-	-	10	127
		102.807	(16.095)	-	33.641	106.053
Ágio (Deságio) Controladas		(12.317)	12.317	-	-	-
Investincrito líquido		90.490	(3.778)	-	33.641	106.053

QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

15 - Imobilizado e Intangível

a) Composição do imobilizado – Consolidado

Conta	Taxas anuais de Depreciação	2022	2021
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	0,33% e 100%	124.237	84.509
Construções Civis	2,08% e 16,67%	42.681	32.954
Cultura Permanente e Florestas	0,42% e 16,67%	212.630	343.667
Instalações	2,08% e 16,67%	8	5.012
Veículos	5,56% e 100%	31.376	8.366
Outros imobilizados	Diversos	15.389	7.695
Terrenos	-	24.204	45.789
		450.525	527.991
Depreciação acumulada		(147.390)	(245.154)
		303.135	282.837

b) Movimentação imobilizado – consolidado

			Custo original		Reclassificação entre contas Depreciação acumulada					
Conta	Taxas	2021	Reclassificação	Após Reclassificar	Anterior	Reclassificação	Depreciação 2022	Aquisição	Baixa	2022
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	0,33% e 100%	84.509	20.090	104.599	(74.091)	48.445	(43.290)	20.239	(601)	80.947
Construções Civis	2,08% e 16,67%	32.954	9.798	42.752	(31.073)	15.192	(15.881)	-	(71)	26.800
Cultura Permanente e Florestas	0,42% e 16,67%	343.667	(138.821)	204.846	(125.894)	59.133	(66.761)	11.622	(3.838)	145.869
Instalações	2,08% e 16,67%	5.012	(5.012)	-	(4.581)	4.581	(3)	8	-	5
Veículos	5,56%e 100%	8.366	(1.692)	6.674	(7.763)	7.480	(16.327)	27.043	(2.341)	15.049
Outros imobilizados	Diversos	7.695	5.650	13.345	(1.752)	(3.260)	(5.128)	2.045	(1)	10.261
Terrenos	-	45.789	(21.585)	24.204	-	-	-	-	-	24.204
		527.991	(131.571)	396.420	(245.154)	131.571	(147.390)	60.957	(6.852)	303.135

A investida Timbaúba S/A realizou um inventário do seu imobilizado dos itens registrados até 31 de dezembro de 2021, conforme laudo. De acordo com o laudo apresentado não houve necessidade de realizar o *Impairment*, contudo, foi alterado o método de cálculo e taxas de depreciação de acordo com o tempo de vida útil estimada. Em setembro de 2022 100% da participação que a Álya Construtora tinha sobre o patrimônio líquido da Locav Locadora Ltda. foi transferida para a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.

c) Intangível – consolidado	2021	Aquisição	Baixa	Depreciação Acumulada	2022
Direito de concessão de serviços públicos	168.065	45.171	-	-	213.236
Software	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	631	-	-	-	631
	168.696	45.171	-	-	213.867

O Saldo com intangível refere-se a investida Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2022 foi de 0,15%. **Contrato de concessão - infraestrutura:** O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**152.592**
(+) Adições	20.279
(-) Amortizações	(4.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**168.065**
(+) Adições (i)	57.673
(-) Baixas	(2.941)
(-) Amortizações	(9.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**213.236**

Existia obras em andamento do novo CCO e PGFs, com isso tivemos incrementos no custo, que foram concluídas ao decorrer do ano de 2022.

16 - Fornecedores

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Fornecedores nacionais (QGDN)		8.835	-	8.835
Fornecedores nacionais (QGE)	-	98	-	-
Fornecedores nacionais (Locav)	36	-	-	-
Fornecedores nacionais (Pindaré)	976	192	-	-
Fornecedores nacionais (Tamoios)	7.700	22.179	-	-
Fornecedores nacionais (Timbaúba)	31.825	15.143	-	-
	40.537	46.447	-	8.835

17 - Empréstimos e Financiamentos: a) Controladora: No segundo semestre de 2019, a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A concretizou a negociação da reestruturação de suas dívidas financeiras, alongando o prazo para liquidação de forma escalonada, em 8 anos. As modalidades CCB e Confissão de dívida, fizeram parte de um processo de reestruturação financeira do Grupo. O prazo final para pagamento será em 2027.

a) Controladora

Instituição Financeira/Modalidade	Encargos	2022 Circulante	2022 Não Cirularde	2021 Circulante	2021 Não Cindante
CCB	130% CDI	117.176	279.932	90.660	302.628
Confissão dívida	130% CDI	156.141	381.082	123.420	411.981
		273.317	661.014	214.080	714.609

Instituição Financeira/Modalidade	2024	2025	2026	2027	Após	Total não circulante
CCB	7.353	22.323	25.999	36.764	187.494	279.932
Confissão dívida	10.300	25.749	30.899	51.498	262.638	381.082
	17.652	48.071	56.897	88.261	450.131	661.014

b) Consolidado

Instituição Financeira/Modalidade	Encargos	2022 Circulante	2022 Não Circulante	2021 Circulante	2021 Não Circulante
CCB	130% CDI	117.177	279.932	90.660	302.628
Confissão dívida	130% CDI	156.141	381.082	123.420	411.981
Itaú-Unibanco/Finame	3,0% a 3,5%	74	-	92	74
Banco do Brasil/ACC	Câmbio + 4,75%	150.131	-	197.618	-
Debêntures	7,81% + IPCA	-	100.667	57.750	-
		423.523	761.681	469.540	714.683

c) Financiamento por vencimento e por empresa:

	TIMBAÚBA	TAMOIOS	QGDN	TOTAL
Curto Prazo				
2022	150.205	-	273.318	423.523
Longo Prazo				
2024	-	100.667	17.652	118.319
2025	-	-	48.071	48.071
2026	-	-	56.897	56.897
2027	-	-	88.261	88.261
Após 2027	-	-	450.131	450.131
	-	100.667	661.014	761.681

18 - Obrigações Fiscais, Salários e Encargos Sociais

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Obrigações fiscais				
Obrigações Fiscais Receita Bruta	209	8.794	-	-
Obrigações Sociais	359	-	-	-
Obrigações Fiscais Sobre o Lucro	-	1.050	-	-
IRPJ/CSLL sobre lucro (i)	1.958	24.466	-	24.466
IRPJ/CSLL Parcelamento (ii)	1.077	1.345	1.077	1.345
Retenções e Impostos a Recolher (iii)	9.081	4.078	93	153
	12.685	39.733	1.170	25.964
Salários e encargos sociais				
Salários e encargos sociais	3.755	3.920	61	14
Provisões trabalhistas	5.992	5.229	259	55
	9.747	9.150	320	69

(i) Valores referente à provisão de IRPJ e CSLL apurados no exercício de 2021 (R$ 17.983) e (R$ 6.483) respectivamente. (ii) Valores referente a parcelamento de impostos, com prazo original de 60 meses, com saldo de 04 meses, CSLL R$286 (R$ 356 em 2021) e IRPJ R$ 791 (R$ 989 em 2021). (iii) Valores referente a impostos retidos notas fiscais de prestação de serviços na controladas em 2022 Tamoios S.A. (R$ 8.710), Timbaúba S.A. (R$ 24), Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (R$ 135) e Locav Locadora Ltda. (R$212).

19 - Outras Contas a Pagar

a) Consolidado

Consolidado	2022 Passivo Circulante	2022 Passivo não Circulante	2021 Passivo Circulante	2021 Passivo não Circulante
Credores diversos (i)	44.649	53.191	9.476	44.475
	44.649	53.191	9.476	44.475

(i) Credores diversos

	Circulante 2022	Circulante 2021	Não Circulante 2022	Não Circulante 2021
Pavimentação/Sinalização (Tamoios)	-	-	45.273	36.448
Concessão de serviços públicos (Tamoios)	43.307	-	-	-
Depósito não identificados (Tamoios)	-	42	-	-
Parcela variável de concessão (Tamoios)	-	325	-	-
Seguros e garantia a pagar (Tamoios)	89	8.793	-	-
Obrigação contratual ambiental (Tamoios)	-	-	4.705	4.577
Receitas a apropriar (Tamoios)	1.253	316	3.213	3.450
	44.649	9.476	53.191	44.475

20 - Provisão para contingências

a) Prováveis

	Não Circulante 2022	Não Circulante 2021
Processos Ambientais/Trabalhistas (i)	9.769	9.132
Processos Cívis/Trabalhista (ii)	3.316	609
	13.085	9.741

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração, com base na opinião e avaliação de seus consultores externos legais, na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As controladas estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, ou de empresas prestadoras de serviços **(i)** As investidas Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e Timbaúba S.A., são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e ambiental, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. **(ii)** A investida Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A., é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são aparadas por depósitos judiciais. **b) Passivo contingente não provisionado - Possíveis:** As controladas da Companhia apresentaram em 31 de dezembro de 2022 processos classificados como possíveis por seus assessores jurídicos, que não estão provisionados. Abaixo segue a relação por controlada: **Concessionária Rodovia dos Tamoios:** As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e até atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com os referidos consultores legais, havia o montante de R$3.316 e em 31 de dezembro de 2021 havia o montante de R$ 609 envolvendo riscos de perda classificadas como prováveis. ***Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:*** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações de naturezas cível e trabalhistas, no montante de R$12.861 (R$446 em 31 de dezembro de 2021) envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

Timbaúba e Pindaré

	Cível	Trabalhista
Timbaúba	-	215
Pindaré	27.397	-
TOTAL	27.397	215

21 - Impostos Diferidos

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
IRPJ e CSLL diferido (i)	52.987	51.922
PIS e COFINS diferido (ii)	159.790	109.870
	212.777	161.792

(i) A tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$31.702 (R$31.170 em 2021). Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção. **(ii)** Para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei 11.079/04 – art. 6 - § 3 – inciso I e IN 1700/17 – art. 171 § 1, 2 e 3). (ii) O PIS e COFINS diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS).

22 - Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto): a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é representado por 1.440.894.965 (um bilhão quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal equivalente a R$1.661.022. Conforme AGE do dia 28/12/2021, aprovado aumento de capital de R$ 68.928, equivalente mediante a emissão de 59.776.278 (cinquenta e nove milhões setecentos e setenta e seis mil duzentos e setenta e oito) ações ordinárias e nominativas e sem valor. A Companhia tem como sua única acionista a Queiroz Galvão S.A. **b) Dividendos:** De acordo com os estatutos, é assegurado aos acionistas da companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da lei nº. 6.404/76.

d) Resultado por ação:	2022	2021
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(54.425)	(160.844)
Quantidade de ações	1.440.894.965	1.440.894.965
Prejuízo por ação	(0,04)	(0,11)

e) Ajuste de Avaliação patrimonial: Refere-se basicamente a reavaliação para bens do ativo imobilizado custo atribuído ("*deemed cost*") efetuado em 2010, na adoção inicial conforme CPC 37, de suas investidas Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda., Energia Verde e Produção Rural Ltda., Timbaúba S.A. A adoção do custo atribuído é aplicável somente na adoção inicial, não sendo admitida a revisão da avaliação em períodos subsequentes.

23 - Receita Operacional Líquida

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
a) Receita bruta		
Produção siderúrgicos (Ativo Fixo)	-	334
Locação	11.542	-
Rodovias	1.647.841	819.969
Agroindústria	161.428	116.902
	1.820.811	937.206
b) Impostos incidentes	(88.011)	(67.907)
	1.732.800	869.299

24 - Custos e Despesas Administrativas

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
a) Custos		
Locação	(1.386)	-
Rodovias	(1.473.796)	(709.101)
Agroindústria	(132.818)	(74.329)
	(1.608.000)	(783.430)

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
b) Despesas Administrativas				
Despesas c/Pessoal	(32.070)	(32.311)	(2.656)	(2.410)
Despesas c/Serviços Prestados	(68.834)	(51.969)	(2.888)	(11.262)
Despesas gerais (i)	(17.823)	(13.288)	(466)	(479)
Aluguéis	(21)	(2.580)	-	-
Despesas Comerciais	(1)	-	-	-
	(118.749)	(100.148)	(6.010)	(14.151)

(i) As despesas gerais basicamente se referem a utilidades, seguros e custos com equipamentos.

25 - Outros Resultados Operacionais

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Baixa imobilizado (i)	-	(63.041)	-	-
Resultado Líquido Baixa Investimento (ii)	48.710	146.042	48.710	145.398
Baixa Adiant. Venda futura de participação (iii)	-	17.855	-	17.855
Outros Créditos	(7.114)	(12.138)	4.756	(6.318)
	41.596	88.718	53.466	156.935

(i) Valores referente a baixa e venda de imobilizado da investida Cosima (R$ 25.438) e Pindaré (R$37.603); (ii) Resultado líquido na baixa de investimento – Resultado na alienação de investimentos realizado em 2022 e 2021. (iii) Valor refere-se a baixa do compromisso de compra da Concessionária Rio Barra, após decisão judicial foi revertida a obrigação de compra.

26 - Resultado Financeiro, líquido

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Receitas Financeiras				
Rendimento aplicação financeira	35.027	6.455	3.489	543
Outras receitas financeiras	4.553	2.824	-	-
Descontos obtidos	327	7	-	-
Variações Cambiais Ativas (i)	52.952	28.344	-	-
Variações monetárias (ii)	889	11.417	-	-
	93.748	49.048	3.489	543
Despesas Financeiras				
Variações Cambiais Passiva (i)	(29.745)	(42.433)	-	-
Juros sobre financiamento	(148.827)	(60.277)	(130.953)	(50.822)
Juros sobre tributos	-	-	-	(1)
Despesas bancárias	(626)	(528)	-	-
Outras despesas financeiras	(9.095)	(3.563)	(147)	(1)
	(188.294)	(106.801)	(131.100)	(50.824)
Resultado financeiro líquido	(94.546)	(57.754)	(127.611)	(50.281)

(i) Trata-se variação cambial de dívidas em moedas estrangeira da investida Timbaúba.
(ii) Trata-se de atualização das fazendas arrendadas (Pindaré e Cosima) conforme IPCA.

27 - Imposto de Renda e Contribuição social – correntes e diferidos

Consolidado - 2022	Locações	Rodovias	Agroindústria	Controladora	Total
Contribuição Social	(532)	(5.490)	-	-	(6.022)
Impostos de Renda	(1.471)	(14.796)	-	-	(16.267)
	(2.003)	(20.286)	-	-	(22.289)
Reversão IRPJ/CSLL - Diferidos	-	-	-	-	-

Consolidado - 2021	Produtos Siderúrgicos	Rodovias	Agroindústria	Controladora	Total
Contribuição Social	-	(1.414)	-	(9.261)	(10.675)
Imposto de Renda	-	(3.905)	-	(25.700)	(29.605)
IR e Contribuição Social - Diferidos	-	-	(32.655)	(51.128)	(83.783)
	-	(5.319)	(32.655)	(86.089)	(124.063)

28 - Gestão de Risco Financeiros: a) Considerações Gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia e de suas controladas. As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia e de suas controladas concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. **b) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Objeto	Limite Máximo de indenização/R$
Veicular I (Concessionária)	6.224
Veicular II (Concessionária)	6.987
Risco Contomos (Concessionária)	67.986
Risco Contornos (Concessionária)	33.353.115
Risco Contornos (Concessionária)	1.708.480
Responsabilidade Civil (Concessionária)	206.014
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	491.711
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	354.354
Garantia Fiança (Concessionária)	36.634
Risco Engenharia (Obra de ampliação principal)	12.337
	36.243.843

c) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. d) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

29 - Seguros: A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Modalidade	Vigência	Cobertura
Veicular I (Concessionária)	mar/23	6.224
Veicular II (Concessionária)	fev/23	6.987
Risco Contornos (Concessionária)	nov/23	67.986
Risco Contornos (Concessionária)	nov/24	33.353.115
Risco Contornos (Concessionária)	nov/23	1.708.480
Responsabilidade Civil (Concessionária)	mar/23	206.014
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	abr/23	491.711
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	ago/23	354.354
Garantia Fiança (Concessionária)	nov/23	36.634
Risco Engenharia (Obra de ampliação principal)	Aprop. jan/23	12.337

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

30. Operações não caixa: a) Transação de permuta de participação em investidas entre Álya Construtora S/A e Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A: A Álya permutou seu investimento na LOCAV-Locadora Ltda, avaliado em R$ 41.673.266,07 na data da operação, pela participação da QGDN na Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A, avaliada em R$ 4.587.628,33, na data da operação. O saldo remanescente no valor de R$37.086.637,74, foi liquidado contra o saldo devedor de mútuos entre a Álya e a QGDN.

Diretor-Presidente
Márcio José Pacheco de Mesquita
CPF: 002.284.664-66

Diretor Financeiro
Leandro Luiz Gaudio Comazzetto
CPF: 278.042.388-94

Contador
Ubiratan Piragibe Peixoto de Lira Filho - CPF: 041.948.234-27 – CRC: PE-024274/O

QUEIROZ GALVÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos demonstrados no parágrafo intitulado "base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião com ressalva - Créditos tributários e Contas a receber:** Conforme Nota Explicativa nº 9 (b) e (c), a controladora e suas controladas possuem registrado créditos tributários, classificado no ativo não circulante e circulante, pelos valores de R$ 32.293 mil e 22.286 mil, respectivamente. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 7 (b), a controlada Timbaúba S.A. possui registrado contas a receber, classificado no ativo não circulante, pelo valor de R$ 30.248 mil, sobre os quais não foram aplicadas às práticas de avaliação por realização e redução ao valor recuperável e perdas esperadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3b(i). Dessa forma, o total do ativo não circulante, o resultado do exercício e, consequentemente, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 estão superavaliados no montante de R$ 84.827 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos atenção às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as quais indicam que a Companhia vem incorrendo em prejuízos recorrentes, apresenta prejuízos acumulados no montante de R$ 1.473.949 mil e passivo a descoberto de R$ 81.531 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorrentes de dificuldades encontradas em suas operações e de suas controladas. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP 025.583/O-1

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ 076774-O – 7

Santo Afonso Energética S.A.

CNPJ/MF nº 23.678.947/0001-51 – NIRE 33.300.340.998

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 11/05/2023, na sede social da Santo Afonso Energética S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 1º, 2º e 4º andares, salas 101, 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), às 11:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Presidente; Srta. Stephanie de Barros Brigido – Secretária. **4. Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; e (ii) outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** O senhor acionista, deliberou por: **5.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 131.000.000,00** da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de R$ 1.089.300.894,00 para R$ 958.300.894,00. **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento de **131.000.000** de ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º** – O capital social totalmente subscrito e integralizado é R$ 958.300.894,00, dividido em 958.300.894 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma."* **5.2.** Registrar que o valor do montante reduzido, ora aprovado, será pago ao acionista da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: **Acionistas: Rio Casca Energética S.A. –** 1.089.300.894 **Ações Ordinárias –** 100 % **–** R$ 131.000.000,00. **Total:** 1.089.300.894 **Ações Ordinárias** – 100 % – **R$ 131.000.000,00**. **5.3.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **7. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli; Secretária: Srta. Stephanie de Barros Brigido; Acionista Presente: Rio Casca Energética S.A. (neste ato representado pelos seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira). Rio de Janeiro, RJ, 11/05/2023. **Stephanie de Barros Brigido.**

SBM do Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 01.662.868/0001-10 – NIRE 33.207.259.159

44ª Alteração ao Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes abaixo: SBM Holding INC. S.A., representada por: Maurizio Serusi; e SBM Offshore do Brasil Ltda., representada por: Maurizio Serusi. Na qualidade de únicas sócias-quotistas representando a totalidade do capital social desta sociedade, com sede na Avenida Nossa Senhora da Glória, nº 2.987 – Sala 304 – Edifício Monte Gerezim – Cavaleiros, Macaé-RJ ("Sociedade"), Têm entre si, justo e contratado, de comum e recíproco acordo, na melhor forma de Direito, o presente instrumento particular de alteração do Contrato Social da Sociedade, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: 1. Incorporação da sociedade SBM Operações Ltda. 1.1 Resolvem as sócias aprovar, sem reservas, os termos, condições e justificação do Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação, celebrado em 30/01/2023, entre a Sociedade e a e a SBM Operações Ltda., com sede na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Nossa Senhora da Glória, nº 2987 Sala 304 – parte, Edifício Monte Gerezim, Cavaleiros, CEP 27.930-360, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.808.261/0001-93 e NIRE 33.072.428.68 ("SBM Operações"), que passa a fazer parte integrante desta ata como seu Anexo III. Referido Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação estabelece os termos e condições da incorporação da sociedade SBM Operações pela Sociedade, com a consequente extinção da SBM Operações. 1.2 Decidem as sócias, sem reservas, ratificar e aprovar a nomeação da empresa especializada em avaliação independente: APSIS Consultoria e Avaliações Ltda., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.681.365/0001-30 e registrada no CRC/RJ sob o nº 005112/O-9 ("Empresa Especializada"), para avaliar o patrimônio da SBM Operações para fins de sua incorporação pela Sociedade, a qual, previamente consultada, aceitou o encargo e apresentou a sua avaliação, consubstanciada em balanço patrimonial levantado em 31/12/2022, com estrita observância do que estabelecem os critérios contábeis e a legislação societária atualmente em vigor. 1.3 As sócias, sem reservas, resolvem aprovar o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da SBM Operações para efeito de sua incorporação pela Sociedade, preparado com base em seu valor contábil, na posição de 28/02/2023, elaborado pela Empresa Especializada mencionada no item 1.2 acima, que passa a fazer parte integrante deste instrumento como seu Anexo IV. 1.4 Nesse sentido, sem reservas, as sócias aprovam a incorporação da SBM Operações pela Sociedade, conforme Laudo de Avaliação mencionado no item 1.3 acima, e a consequente extinção da SBM Operações, sendo que sua a incorporação pela Sociedade acarretará aumento no capital social, conforme item 1.5 abaixo. As quotas da SBM Operações serão extintas no ato da incorporação e a sócia SBM Holding Inc receberá integralmente as quotas criadas no aumento de capital social, conforme item 1.5 abaixo. 1.5 Como consequência da incorporação da SBM Operações pela Sociedade, resolvem as sócias, sem reservas, aumentar o capital social da Sociedade de R$ 539.065.968,00, para R$ 544.279.824,00, sendo este aumento no valor de R$ 5.213.856,00, com a criação de 5.213.856,00 novas quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, as quais são subscritas e integralizadas à sócia SBM Holding INC. S.A., titular da totalidade das quotas da SBM Operações. 1.6 A sócia SBM Offshore do Brasil Ltda. neste ato renuncia expressamente ao seu direito de preferência para a subscrição das novas quotas oriundas do aumento de capital da Sociedade mencionando no item 1.5 acima, a qual teria direito considerando sua proporção original no capital social da Sociedade. 1.7 Em razão do aumento de capital social aprovado no item 1.5 acima, resolvem as sócias alterar o caput da Cláusula Quinta do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"O capital social da Sociedade, é de R$ 544.279.824,00, dividido em R$ 544.279.824,00 quotas, no valor nominal de R$ 1,00, cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é distribuído da seguinte forma: SBM Holding INC. S.A.; 544.278.790 Quotas; R$544.278.790,00. SBM Offshore do Brasil Ltda.; 1.034 Quotas; R$1.034,00.* ***Total: 544.279.824 Quotas; R$544.279.824,00.*** *(...)"* 1.8 As eventuais variações patrimoniais da SBM Operações, ocorridas entre 28/02/2023 e a presente data, serão absorvidas pela Sociedade, que também assumirá as responsabilidades ativas e passivas relativas ao patrimônio da SBM Operações, ora transferido em decorrência da incorporação aprovada. 1.9 Em razão da incorporação ora aprovada, os sócios autorizam, neste ato, os Administradores da Sociedade a: (i) praticar todos os atos necessários para a efetivação da absorção do acervo líquido da SBM Operações pela Sociedade; e (ii) proceder à averbação da sucessão da SBM Operações pela Sociedade nos registros e repartições públicas competentes, nos termos e para os fins da legislação aplicável. 2. Contrato Social da Sociedade, cuja redação, na íntegra, foi levada a registro perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com este Instrumento Particular. Rio de Janeiro, 20/03/2023. **SBM Holding Inc. S.A.** Maurizio Serusi – *Procurador;* **SBM Offshore do Brasil Ltda.** Maurizio Serusi – *Administrador.* Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 18/04/2023 sob o nº 00005429041 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 00-2023/271138-0 de 04/04/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho – Secretário Geral.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Valor Locações Eirelli – CNPJ 07.475.524/0001-88 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2023/00124.01, Licença Ambiental Municipal de Recuperação e Instalação para Demolição para a futura instalação de um empreendimento comercial para a Construção de Supermercado Atacadista/Varejista, situado na Av. Brasil, nº 33809, Lote 01 do PAL 35.273, Bangu/RJ.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA

Carvalho Hosken S/A Engenharia e Construções, CNPJ nº. 33.342.023/0001-33, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/201.690/11, a renovação da Licença de Instalação - LMI nº 1987/2019, para a implantação de loteamento para uso multifamiliar, misto e comercial, situado a Avenida Embaixador Abelardo Bueno esquina Av. Imperatriz Leopoldina - PAL 38.883 - Centro Metropolitano - Jacarepaguá/RJ.

CONCESSÃO DE LICENÇA

Tracker Serviço de Armazenagem Eireli –CNPJ 15.025.071/0002-05, torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2023/02681, Licença Ambiental Municipal de Operação - EIS-LMO-2023/00070, com validade de 60 meses para a atividade de Armazenagem, Lavagem e Manutenção de Contêineres Vazios e Manutenção e Abastecimento de Equipamentos de Movimentação de Carga e da Frota de Carretas, situado na Avenida Prefeito Júlio de Moraes Coutinho, 0, ACS, Área 4, Caju/RJ.

IBV Brasil Petróleo Limitada

CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** ("Sociedade") para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, em 19 de maio de 2023, às 10 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre a aprovação do aumento de capital da Sociedade no valor de R$ 229.842.946,00 (duzentos e vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais), com emissão de 229.842.946 (duzentos e vinte e nove milhões, oitocentas e quarenta e duas mil, novecentas e quarenta e seis) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. Referido aumento de capital é necessário principalmente para as operações da Sociedade. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópias de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 11 de maio de 2023. **Renata Lima de Oliveira** - Diretora Geral

SBM Operações Ltda.

CNPJ/MF nº 04.808.261/0001-93 – NIRE 33.207.242.868

Ata de Reunião de Sócias

1. Data, Hora e Local: 20/03/2023, às 10:00 horas, na sede da sociedade, na Av. Nossa Senhora da Glória, nº 2987 Sala 304 – parte, Edifício Monte Gerezim, Cavaleiros, Macaé-RJ ("Sociedade"). **2. Convocação e Presença:** A convocação foi dispensada em decorrência da presença da representando da totalidade do capital social, a saber: **(i) SBM Holding INC. S.A.**, sociedade regularmente constituída de acordo com as leis da Suíça, CNPJ/MF nº 05.707.998/0001-82, representada por, **Maurízio Serusi**, Cédula de Identidade de Estrangeiro nº V510871-Q e CPF/MF nº 060.550.787-24 ("SBM Holding"); e **(ii) SBM Offshore do Brasil Ltda.**, com sede na Rua do Passeio, nº 38, Setor 2, salas 1001, 1002, 1003 e 1004, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF nº 10.409.062/0001-05 e NIRE 33.208.224.936, representada por, **Maurízio Serusi**, acima qualificado ("SBM Offshore" e, em conjunto com a SBM Holding, as "Sócias"). **3. Mesa:** Presidente: **Maurizio Serusi**; Secretário: **Rodrigo Medeiros Mendes. 4. Ordem do Dia: (i)** a cessão e transferência de 1 quota da SBM Offshore, representativa do capital social da Sociedade, à SBM Holding; **(ii)** a aprovação da incorporação da Sociedade pela SBM do Brasil, mediante a versão da totalidade do patrimônio líquido da Sociedade para a SBM do Brasil, com a consequente extinção da Sociedade ("Incorporação"); **(iii)** a nomeação e ratificação da **APSIS Consultoria e Avaliações Ltda.**, CRC/RJ nº 005112/O-9, e CNPJ/MF nº 08.681.365/0001-30 ("Empresa Especializada") para avaliar o patrimônio líquido da Sociedade a ser vertido pela SBM do Brasil, bem como a elaboração do respectivo laudo de avaliação, preparado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 28/02/2023 ("Data-Base") ("Laudo de Avaliação"); **(iv)** a transferência de todos os ativos, passivos, direitos e obrigações da Sociedade para a SBM do Brasil e, ato contínuo, a consequente extinção da Sociedade; e **(v)** a autorização aos administradores da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação da Incorporação e extinção da Sociedade. **5. Deliberações aprovadas por unanimidade: (i)** A cessão e transferência, a título oneroso, pela sócia SBM Offshore, de 1 quota representativa do capital social da Sociedade de que é titular, com valor nominal de R$ 1.000,00, à sócia SBM Holding, retirando-se, portanto, da Sociedade. A sócia retirante SBM Offshore declara que a quota ora cedida e transferida se encontra livre e desembaraçada de quaisquer ônus, encargos ou gravames. A sócia retirante SBM Offshore e a sócia remanescente SBM Holding concedem-se, mutuamente, a mais plena e irrevogável quitação de quaisquer obrigações relacionadas à quota ora transferida, para mais nada reclamarem uma das outras. **(ii)** O Protocolo e Justificação, constante do **Anexo I**, e a Incorporação, conforme acima definidos. **(iii)** A nomeação e ratificação da Empresa Especializada e aprovação do Laudo de Avaliação preparado por ela. O acervo líquido da Sociedade foi avaliado no valor positivo de R$ 5.213.856,23, com base no seu valor patrimonial contábil na Data-Base. **(iv)** A transferência de todos os ativos, passivos, direitos e obrigações da Sociedade para a SBM do Brasil, em decorrência da Incorporação e a consequente extinção da Sociedade. Eventuais variações patrimoniais da Sociedade, ocorridas entre a Data-Base e esta data, serão absorvidas pela SBM do Brasil, registrando-as em seus livros contábeis e efetuando-se as alterações necessárias. **(v)** A autorização aos administradores da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação e formalização da Incorporação e extinção da Sociedade. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata na forma de sumário. Macaé, 20/03/2023. **Mesa: Maurizio Serusi** – Presidente; **Rodrigo Medeiros Mendes** – Secretário. **Sócia retirante: SBM Offshore do Brasil Ltda.** Maurizio Serusi – Administrador; **Sócia remanescente: SBM Holding Inc. S.A.** Maurizio Serusi – Procurador. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 18/04/2023 sob o nº 00005429033 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 00-2023/271179-8 de 04/04/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho – Secretário Geral.

Economia

Energia

Light pede recuperação judicial, após risco crescente de execução

O grupo Light informou nesta sexta-feira que entrou com pedido de RJ (recuperação judicial) na 3ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro, alegando necessidade de buscar solução para dívidas de cerca de R$ 11 bilhões.

As dívidas estão concentradas na distribuidora de energia de mesmo nome, mas o pedido foi apresentado pela holding para contornar limitações legais. Distribuidoras de energia são proibidas por lei de entrar em RJ.

Segundo a reportagem apurou, o grupo tenta contornar a cobrança antecipada das dívidas da concessionária, o que colocaria em risco, inclusive, os pagamentos das operações com energia elétrica.

Em comunicado, a companhia afirmou que os desafios de sua situação econômico-financeira se agravaram apesar de seus esforços recentes. Em 11 de abril, a Light pediu e conseguiu, também na Justiça do Rio de Janeiro, uma cautelar para suspender o pagamento de parte de suas dívidas e instaurar um procedimento de mediação coletiva com credores.

A cautelar tem prazo de 30 dias e poderia ser prorrogada. No entanto, a reportagem apurou que parte dos credores têm sido duros na negociação e um número expressivo deles trabalhava para derrubar a cautelar. Não há, ainda, a perspectiva de um acordo.

O jurídico da empresa considerou mais seguro a empresa buscar a RJ. Se insistisse na cautelar, e ela fosse derrubada, as dívidas seriam, com certeza, executadas, afirmam fontes próximas à negociação.

Elas afirmam que esse ambiente mais agressivo criado por alguns credores elevou o risco de vencimento antecipado das debêntures e, consequentemente, de um cross default, ou calote cruzado e antecipado das dívidas.

Nesse caso, também ocorreria o bloqueio das contas da empresa, que são abastecidas pelo pagamento da tarifa de energia, instalando-se o pior cenário — os problemas financeiros da empresa passariam a contaminar a prestação do serviço de energia.

A distribuidora da Light, afirma outra fonte, não teria recursos para pagar geradores, transmissores ou garantir a prestação do serviço de energia. Em última instância, a poderia sofrer intervenção da Aneel (Agência Nacional de Energia).

O que se diz no setor, é que todo mundo sabe como começa a intervenção em uma empresa, mas ninguém sabe como ela termina. No caso da Light, sem dinheiro novo, seria uma trajetória temerária, avalia uma especialista do setor de energia.

A Light atende 4,5 milhões de consumidores em mais de 30 municípios do Rio de Janeiro. No entanto, 20% de sua área de cobertura está em locais dominados por narcotráfico e controle armado de milícias, e também está entre as que mais perde receita com furtos de energia.

A situação da empresa, avaliam alguns especialistas, é agravada pela demora dos órgãos reguladores em tomarem decisões importantes.

A negociação da dívida, por exemplo, é prejudicada pela demora na definição das regras que vão reger a próxima rodada de renovação para a concessão de serviço das distribuidoras, tarefa que cabe ao MME (Ministério de Minas e Energia).

Pelo cronograma, 20 concessões de distribuidoras de energia vão vencer entre 2025 e 2031. A Light é a segunda na fila, em 2024. As empresas precisam de uma sinalização antecipada, no entanto, o MME até agora não definiu as regras.

Existe uma sinalização da pasta de que o anúncio das medidas pode ocorrer na próxima semana, com a instalação de audiência pública sobre o tema.

Mesmo sem dar retorno nessa área, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, criticou a empresa nesta semana. Disse que a Light não vem apresentando "respostas à altura" sobre sua eficiência administrativa e afirmou que o governo não vai admitir que empresas sem gestão eficiente participem do processo de renovação contratual de distribuição —algo crucial para a viabilidade da empresa.

Os especialistas também criticam a demora da Aneel em avaliar o pedido da Light para obter RTE (Revisão Tarifária Extraordinária), que poderia dar um fôlego financeiro adicional. A Light fez o pedido na agência em março, mas ainda não obteve retorno. A RTE pede a aplicação de uma nova metodologia, e a Aneel alega que preciso tempo para avaliar parâmetros distintos ao que são adotados atualmente.

Em nota nesta sexta, a agência afirmou que acompanha a situação da Light e que a empresa permanece em dia com suas obrigações.

PL DAS FAKE NEWS

Moraes abre inquérito contra diretores de Google e Telegram

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou nesta sexta-feira a instauração de inquérito sobre os dirigentes do Google e do Telegram no Brasil que tenham atuado contra o PL das Fake News.

Em sua decisão, ele afirma que o inquérito será "em face dos diretores e demais responsáveis" das empresas que "tenham participado da campanha abusiva" contra o texto do Congresso.

Ele determinou que a Polícia Federal atue durante um prazo inicial de 60 dias para elucidar eventuais suspeitas e que mensagens publicadas pelas companhias contra o projeto sejam preservadas e passem por perícia.

Também autorizou que os representantes das plataformas no país prestem depoimentos à PF.

O pedido de abertura do inquérito foi feito ao Supremo pela PGR (Procuradoria-Geral da República), que por sua vez atendeu a uma solicitação do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

São citados no pedido à PGR link disponibilizado pelo Google no dia 1º de maio, cujo título era "o PL das fake news pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil" e também a mensagem disparada pelo Telegram no último dia 9, que afirmava que seria aprovada uma lei que "irá acabar com a liberdade de expressão".

A mensagem do Telegram continha distorções sobre o PL das Fake News, e Moraes ameaçou tirar a plataforma do ar por um prazo de 72 horas caso o serviço de mensagens não a removesse.

Lira argumentou à PGR que as plataformas fomentam "seus usuários a pressionarem os congressistas" e promovem "campanha de desinformação".

Isso levou, disse ele, a "uma sobrecarga considerável nos serviços de TI da Câmara dos Deputados, com a ocorrência de instabilidade no portal e nos principais sistemas de apoio aos trabalhos legislativos" e afetou os trabalhos legislativos.

A PGR, por meio da vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, pediu para investigar os dirigentes por suspeitas de crimes contra as instituições democráticas, crimes contra a ordem consumerista e crimes contra a economia e as relações de consumo.

"O cenário fático narrado aponta para a existência de elementos de informações mínimos da prática de conduta delituosa que fundamentam a possibilidade de instauração de procedimento de investigação sob a supervisão do Supremo Tribunal Federal", afirmou Lindôra no pedido.

"Nesse cenário, é relevante esclarecer as circunstâncias das condutas noticiadas pela Câmara dos Deputados, representada por seu presidente."

Ela pediu ao Supremo que determine a preservação, com elaboração de laudo pericial, de todas as postagens mencionadas no pedido, além da identificação e do interrogatório dos representantes das plataformas, o que foi atendido por Moraes.

PREFEITURA

Protesto pede fim da retirada de barracas da população de rua

DANIEL MELLO/ABRASIL

Movimentos que lutam pelos direitos da população em situação de rua fizeram nesta sexta-feira um protesto em frente à prefeitura de São Paulo, no centro da cidade. Com carroças e cartazes, algumas dezenas de pessoas se revezaram ao microfone na porta do prédio. Uma das principais reclamações é contra as ações de retirada de barracas e objetos pessoais das pessoas que dormem nas calçadas. Moradia foi outro ponto central da pauta do ato.

No final de março, a Justiça de São Paulo derrubou uma liminar que impedia a retirada de barracas e pertences da população em situação de rua. Desde então, a prefeitura tem realizado uma série de ações para coibir a presença dessas pessoas nos espaços públicos, especialmente na região central da capital paulista. Os canteiros da Praça da Sé chegaram a ser gradeados para evitar que as pessoas ficassem nos gramados.

"A prefeitura se alinhou muito com o higienismo do governo do estado. A retirada das carroças, das barracas. Estão querendo fazer um expurgo com a população em situação de rua", reclama um dos coordenadores do Movimento Nacional de Luta pelos Diretos da População em Situação de Rua, Edivaldo Gonçalves.

As chamadas ações de zeladoria aumentam, segundo ele, a falta de proteção social das pessoas que não têm onde morar. "Tira a barraca e leva documento, remédio, leva tudo", contou.

CRIMES DE BOLSONARO

Representante da ONU pede investigação de genocídio indígena

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Depois de 11 dias, terminou nesta sexta-feira a missão da Organização das Nações Unidas (ONU) para apurar casos de violência cometidos contra indígenas, afrodescendentes e outros grupos vulnerabilizados no Brasil. Desde o dia 2 de maio, a subsecretária-geral das Nações Unidas e Assessora Especial para Prevenção do Genocídio, Alice Wairimu Nderitu, visitou comunidades indígenas e quilombolas, se encontrou com representantes da sociedade civil e com autoridades governamentais. A partir das informações apuradas, ela pediu que haja investigação de genocídio contra populações indígenas e que os responsáveis sejam punidos.

A subsecretária-geral disse que apenas cortes nacionais e internacionais podem caracterizar as violações contra esses grupos como genocídio. A missão da ONU teve o objetivo de mapear as ocorrências, sugerir formas de prevenção e contenção dos problemas identificados.

"O crime de genocídio deveria ser investigado. O meu papel é apontar os problemas relacionados ao genocídio. Temos vários fatores de risco. Mas as decisões em relação às investigações cabem ao Brasil, que assinou a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. O meu papel é apenas mostrar os riscos, mas não os resolver", disse.

Alice Wairimu entende que a vida das comunidades indígenas e quilombolas piorou nos últimos quatro anos, quando o país estava sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas preferiu focar na questão sob um ponto de vista mais amplo, ao indicar que essas populações são historicamente vítimas de violências e negligência.

"Eu sei que na última administração, algumas políticas foram aceleradas. E as vidas das populações indígenas ficaram mais precárias do que eram antes. Mas não vamos esquecer o quão estrutural e profundo esse problema é. O Brasil deve lidar com os problemas das populações indígenas e afrodescendentes. E encontrar uma liderança que consiga garantir que essas pessoas tenham uma vida mais digna".

TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Durante a visita ao país, Alice Wairimu Nderitu se reuniu com representantes de instituições federais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), a Advocacia-Geral da União (AGU), a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Ministério Público Federal (MPF). E também se encontrou com as ministras Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas; Anielle Franco, da Igualdade Racial, e Ana Moser, do Esporte.

A subsecretária visitou os territórios Yanomami, em Roraima, e Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, e se encontrou com os governadores dos dois estados. Sobre os povos Yanomami, ela disse ter ouvido testemunhos de abusos e violações. Reforçou que os principais agressores estão envolvidos na mineração ilegal.

E constatou que as populações locais foram afetadas nos direitos de acesso e uso da terra, saúde e educação. Além disso, aconteceram assassinatos de líderes locais e defensores dos direitos humanos e do meio ambiente. Foram registrados impactos na contaminação de águas, disseminação de malária e doenças agravadas pela desnutrição em crianças. Também foram citadas denúncias de estupros de mulheres e meninas, e outras formas de violência de gênero.

VISITAÇÃO

Concessão: parque da Água Branca ainda não recebeu melhorias

A concessionária responsável pelo parque da Água Branca, na zona oeste de São Paulo, ainda não levou novas atrações para o público nem reativou antigos espaços de visitação que foram fechados nos últimos anos. Prédios históricos, que antes abrigavam museus e ofereciam atividades culturais, continuam inativos após oito meses sob nova administração.

"É um lugar que faz falta. Ela gosta muito de livros agora que está aprendendo as primeiras letras", disse a babá Wely Dantas, 45, que brincava com a bebê Alice, 2, na praça do antigo Espaço de Leitura do parque, desativado em julho de 2020. As bancas, que antes ofereciam livros, revistas, jogos e outros materiais para os visitantes, estão vazias desde então.

A maioria dos 67 edifícios tombados do Água Branca está ociosa atualmente e precisa de alguma reforma. Desatualizadas, as placas espalhadas pelo parque convidam o público a visitar outros espaços sem uso. Caso, por exemplo, do Mugeo (Museu Geológico), fechado permanentemente pelo governo estadual em novembro passado. "O museu era um encanto, vim algumas vezes quando minha filha era criança. Tinha fósseis e outras coisas que nunca vi em outro lugar", disse a educadora Yara Najman, 80, frequentadora do parque há mais de 50 anos.

O aquário, antes mantido pelo Instituto de Pesca (instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo), é outra atração que está com as portas fechadas, apesar de sua importância histórica -construído em 1930, foi o primeiro espaço do tipo na capital paulista.

De acordo com o consórcio Reserva Novos Parques Urbanos, responsável pela gestão do parque pelos próximos 30 anos, o aquário está sendo reequipado e a previsão é que seja aberto até o fim do ano. Já o Espaço de Leitura será transferido no próximo mês para dentro de um prédio, onde será exposto também um novo acervo de rochas e minerais.

Os quiosques e mesas ao ar livre serão destinados a atividades ainda por definir -possivelmente cafés e lanchonetes. A antiga sede do Mugeo, com dois pavimentos e mais de 500 m² de área construída, também não tem destino certo.

A locação dos edifícios históricos é uma das estratégias da concessionária para trazer renda ao parque, inaugurado há mais de 90 anos.

"Estamos estudando a vocação de cada edifício, e a nossa intenção é trazer parcerias com o setor privado para que eles sejam ocupados, sempre buscando convergência com o perfil do parque", disse Eduardo Rigotto, sócio-gestor da Reserva, elencando o aspecto rural, a cultura, a gastronomia e a educação ambiental como pilares.

O prazo para apresentação do plano de intervenções vai até o fim mês que vem, mas, antes que qualquer reforma saia do papel, a empresa precisa obter autorização dos órgãos de tombamento do estado e município -Condephaat e Conpresp, respectivamente.

"Acredito que até o final do ano teremos projetos executivos em fase de aprovação", disse Carolina Cortez, secretária de governança da concessionária, que administra outros cinco parques estaduais na capital paulista, pontuando que a maioria dos prédios ainda não tem acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. O contrato de concessão estabelece prazo de até 72 meses (seis anos) para que as obras sejam todas entregues.

Integrante do conselho orientador do parque, Cláudia Lukianchuki afirma que a primeira versão do plano de intervenções trouxe pouco detalhamento sobre o que se pretende fazer nos espaços.

"Nós fizemos apontamentos e vamos nos reunir novamente com a concessionária no próximo dia 17. É importante que sigam o Plano Diretor, preservando aspectos característicos como ter no mesmo espaço o visitante interagindo com a flora e com os animais ", disse ela, que há mais de 30 anos frequenta o Água Branca. Cerca de 1.200 aves, entre galinhas, patos, gansos e pavões, vivem soltos no parque.

CRIME SEM CASTIGO

Moraes manda retirar tornozeleira e reativa redes sociais de Zé Trovão

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), mandou retirar todas as medidas cautelares impostas ao líder caminhoneiro e deputado federal bolsonarista Zé Trovão (PL-SC), nesta sexta-feira.

De acordo com a decisão, Moraes determinou a suspensão do monitoramento do parlamentar por meio do uso tornozeleiras eletrônicas e a reativação de seus perfis nas redes sociais.

O ministro escreveu que aceitou o pedido da defesa do parlamentar para retirar o bloqueio e reativar seus perfis nas redes depois de análise individualizada de sua situação.

Segundo Moraes, houve a cessação da divulgação de conteúdos ilícitos de canais de Trovão no Facebook, Telegram e YouTube. Ele determinou o envio de ofício às empresas para que cumpram a decisão.

No que diz respeito ao monitoramento eletrônico, o ministro afirmou que, no atual momento, verificou que a medida também não mais se justifica.

"Não há nos autos, desde a eleição para o cargo de parlamentar, notícias de qualquer violação, de modo que é plenamente possível a sua revogação", disse.

A defesa do deputado havia alegado que, na condição de parlamentar, Trovão necessitava de se locomover livremente pelo território nacional para participar de eventos para os quais é convidado.

Também argumentou que ele precisava utilizar livremente da tribuna da Câmara e prestar contas de seu mandato pelas suas redes sociais.

Além disso, ressaltou que o parlamentar sempre cumpriu as medidas cautelares determinadas e justificou, sempre que necessário, pequenos equívocos no uso do equipamento de monitoramento eletrônico.

Zé Trovão foi investigado e preso em outubro de 2021 por participar da organização de atos antidemocráticos, durante as festividades de 7 de Setembro. O líder bolsonarista chegou a ficar foragido e se refugiou no México, antes de ser preso pela Polícia Federal.

A prisão dele foi revogada meses depois, embora passasse a usar tornozeleira eletrônica.

Nas eleições do ano passado, acabou eleito deputado por Santa Catarina recebendo 71.140 votos, que foram angariados apesar de proibido por Moraes de acessar às redes sociais.

Após a derrota de Jair Bolsonaro (PL) para Lula (PT), o então deputado eleito reconheceu o resultado das urnas e disse que era hora de "erguer a cabeça".

Nota

PM DE FOLGA DÁ SOCOS E CHUTES EM ADOLESCENTE DENTRO DE ESCOLA EM CURITIBA

Um soldado da Polícia Militar do Paraná fora do horário de serviço foi filmado dando socos e chutes em um adolescente no CEEP (Centro Estadual de Educação Profissional) de Curitiba, na tarde de quarta-feira passada. A identidade do policial não foi revelada. O adolescente de 15 anos é aluno do CEEP, que pertence à rede pública de ensino e fica no bairro Boqueirão. Já o soldado é caseiro na escola, atuando na condição de permissionário. As filmagens feitas por alunos circularam em redes sociais, com relatos de que a agressão teria começado quando uma bola de vôlei entrou no terreno do caseiro. Procurada, a PM afirmou que vai "instaurar um procedimento administrativo para apurar todos os fatos" e que "não compactua com o desvio de conduta de seus integrantes". Já a Polícia Civil do Paraná disse que está realizando diligências e que o caso está sob segredo de Justiça por envolver um menor de idade. A direção do CEEP afirmou que acompanhou os familiares do estudante até a Delegacia do Adolescente para registrar um boletim de ocorrência e prestar depoimento. E que "reprova veementemente qualquer tipo de agressão e violência como a que ocorreu e está sendo divulgada nas redes sociais". A direção da escola disse ainda que já pediu à Seed (Secretaria de Estado da Educação) o desligamento do permissionário. A Seed afirmou, por sua vez, que tomou conhecimento do episódio na manhã de quinta-feira passada e que o caso foi "devidamente comunicado às autoridades policiais".

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

OUTONO: Sol com períodos de chuva. À noite o tempo fica firme. Manhã Tarde Noite 26º 17º 85% 06:15 17:21

AEROPORTO

Capivara interrompe pouso de avião no Santos Dumont

Um avião da Gol precisou arremeter na quinta-feira passada em sua chegada ao aeroporto Santos Dumont, no centro do Rio de Janeiro, por causa de uma capivara que apareceu na pista de pouso e decolagem. O animal foi retirado do local por funcionários do aeroporto, e então o avião pode fazer a aterrissagem normalmente. Ninguém se feriu.

O incidente aconteceu com o voo G3 2077, que partiu de Brasília às 17h05 com sentido ao Santos Dumont. A chegada ocorreu às 19h05, após a liberação da pista.

Arremeter é o ato de interromper um procedimento de aproximação quando o pouso não atende aos requisitos de segurança ou por ordem da torre de controle do aeroporto, retomando o voo.

Trata-se de uma manobra segura, segundo a Gol, que permite aos pilotos realizar uma nova aproximação, em condições mais favoráveis - neste caso específico, sem a presença de animais na pista de pouso. A companhia afirmou ainda que o procedimento seguiu os protocolos de segurança.

As operações chegaram a ser suspensas entre as 18h32 e as 18h40 por causa da presença da capivara, de acordo com a Infraero. "O animal estava próximo à Escola Naval, em local fora da área protegida da pista do aeroporto e foi observado pela equipe operacional até seu completo afastamento do perímetro", informou, em nota.

Ainda segundo o órgão, não houve registro de cancelamentos de voos.

Esse é o terceiro incidente registrado no aeroporto Santos Dumont em duas semanas. No último dia 7, um balão caiu próximo à pista de pouso e decolagem e motivou a paralisação das atividades.

No dia 4 de maio, o motor de outro avião da Gol pegou fogo momentos antes da decolagem. As pistas tiveram de ser fechadas, e as operações ficaram suspensas por uma hora para a retirada dos destroços da turbina que se acumularam no local. Ninguém ficou ferido.

GUERRA

EUA acusam África do Sul de repassar armas à Rússia

O embaixador dos Estados Unidos na África do Sul afirmou na quinta-feira passada que um navio russo foi carregado com armas e munições na base naval de Simon's Town, perto da Cidade do Cabo, no início de dezembro do ano passado -o que colocaria em xeque a neutralidade do país.

"A África do Sul armar a Rússia com uma embarcação é fundamentalmente inaceitável", afirmou o embaixador americano na nação africana, Reuben Brigety. As autoridades dos EUA, completou, têm "profundas preocupações" com o fato de a África do Sul não respeitar a própria política declarada de neutralidade em relação à Guerra da Ucrânia. A postura "não nos sugere as ações de um país não alinhado", disse ele.

Desde o início do conflito, Washington alertou repetidamente que o apoio material à Rússia poderia ser punido com bloqueio aos principais mercados do mundo. A mera conjectura de um cenário como esse fez a moeda do país, o rand sul-africano, desvalorizar nesta sexta -negociadores disseram estar preocupados com possíveis sanções ocidentais.

Tal risco econômico fez as autoridades do país africano se mobilizarem para tentar apagar o incêndio nesta sexta-feira.

A princípio, o presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, não confirmou nem negou o carregamento ao ser questionado por um líder da oposição no parlamento, que aproveitou para desgastar o adversário. Mais tarde, porém, seu gabinete informou que o governo está abrindo um inquérito independente liderado por um juiz aposentado sobre a alegação.

A Presidência disse também que o suposto carregamento já havia sido discutido com oficiais dos EUA, que teriam concordado com uma investigação. O chefe do Executivo sustenta, porém, que nenhuma evidência foi fornecida por Washington. "Os comentários do embaixador minam o espírito de cooperação e parceria que caracterizou os recentes compromissos entre funcionários do governo dos EUA e uma delegação oficial sul-africana", afirmou o gabinete em nota.

O presidente foi seguido por membros do alto escalão do governo. Nesta sexta (12), o ministro das Comunicações, Mondli Gungubele, que presidia o comitê de controle de armas quando ocorreu o suposto embarque para a Rússia, disse à rádio 702 que nenhum envio foi aprovado para a Rússia. Clayson Monyela, um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, afirmou no Twitter que falaria com o embaixador dos EUA.

Nem Gungbele nem Monyela confirmaram se uma remessa clandestina havia ou não saído da África do Sul.

Segundo o Tesouro dos EUA, o navio que atracou em Simon's Town se chama Lady R e está na lista de sanções de Washington desde maio do ano passado por supostos embarques de armas. Em dezembro, na época do episódio, o político da oposição Kobus Marais afirmou que havia evidências de uma atividade incomum no porto envolvendo um navio comercial russo.

A África do Sul é um dos aliados mais importantes da Rússia em um continente dividido por causa da invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022. A nação, porém, diz que é imparcial no conflito e se absteve de votar na ONU em resoluções sobre a guerra.

Esse não é o primeiro imbróglio em que o país entra por conta da guerra.

No final de abril, Ramaphosa, presidente sul-africano, afirmou a jornalistas que o país estava se retirando do órgão TPI (Tribunal Penal Internacional) devido ao que chamou de "tratamento injusto" só para, horas depois, o porta-voz da Presidência recuar da declaração. Por trás da falha de comunicação estava a possível visita do presidente russo, Vladimir Putin, em agosto -como membro do TPI, o país africano teria a obrigação de prender uma pessoa que está em seu território e foi alvo de mandado de prisão pelo tribunal, caso do líder.

TRÂNSITO

Modelo acusado de atropelar jovem vai a júri popular

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O modelo Bruno Fernandes Moreira Krupp será julgado pelo 4º Tribunal do Júri da Capital. Ele foi denunciado pela morte de João Gabriel Cardim Guimarães, de 16 anos, atropelado em 30 de julho do ano passado, na Avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca. Como está solto desde março, por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ele poderá recorrer em liberdade.

O modelo vai a júri popular, respondendo por homicídio doloso, quando há a intenção de matar. Na decisão, o juiz Gustavo Gomes Kalil afirmou que as teses de desclassificação apresentadas pela defesa de Bruno devem ser avaliadas pelo Conselho de Sentença por ser a competência constitucional do Júri. "Assim vigora o direito da sociedade de apreciar e decidir sobre o fato por meio do corpo de jurados".

O magistrado destacou, em outro trecho, o depoimento do réu durante a fase de instrução do processo. "Em novembro do ano passado, Bruno admitiu que pilotava sua moto a mais de 100 km/h, acima dos 60 km/h exigidos no local, mas que respeitava a sinalização. Ele afirmou que, ao avistar os pedestres à frente, calculou que haveria tempo e espaço para passar sem atingi-los, tentando jogar a moto para a direita, mas que bateu em João assim que ele se movimentou para tentar evitar o impacto".

A assessora jurídica Marina Cardim Lima, mãe de João Gabriel e assistente de acusação no processo, também testemunhou na sessão. Disse que saía de uma festa com o filho e sugeriu que eles fossem dar um passeio na praia. "Ao atravessar, notou que os carros estavam parados a distância e que, então, viu um vulto passar e arrastar João Gabriel. Ela foi até ele para acudi-lo e começou a gritar por socorro.

UNIVERSIDADE

Brasileiros são alvos de novo ataque xenofóbico em Portugal

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde em 2019 um grupo de estudantes colocou uma caixa com pedras contendo a indicação "grátis para atirar em um zuca (contração de brazuca)", voltou a ser palco de acusações de xenofobia contra brasileiros.

Mais uma vez, um estudante da instituição foi acusado de fazer alusão ao apedrejamento de brasileiros. A direção da faculdade informou que abriu um processo disciplinar para avaliar a conduta do aluno.

O episódio ocorreu em 20 de abril, na Reunião Geral dos Estudantes, quando um aluno-conselheiro da faculdade pediu a palavra para criticar uma carta entregue por brasileiros à comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que realizava uma viagem a Lisboa.

No documento, brasileiros relatam dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no país, incluindo questões relacionadas ao ensino superior em Portugal. O conteúdo aborda desde questões burocráticas junto ao órgão migratório até o valor diferenciado das mensalidades para os estrangeiros.

O grupo também chamou a atenção para casos de discriminação e relembrou o episódio com a caixa de pedras ocorrido em 2019. Naquela ocasião, o grupo satírico Tertúlia Libertas, que colocou a caixa no hall de entrada da faculdade, negou que a intenção fosse xenofóbica. Segundo eles, tratava-se de uma mensagem satirizando a grande quantidade de brasileiros na instituição.

Na reunião realizada em abril, o aluno Hélder Semedo, ex-presidente da Associação Acadêmica da Universidade de Lisboa, pediu a palavra para rebater os pontos apresentados pelos brasileiros. Além de criticar a carta e as denúncias, o estudante português rechaçou a menção ao episódio com a caixa com pedras, descrito por ele como uma brincadeira ocorrida há anos e da qual ninguem se lembrava.

Semedo também criticou o fato de os estudantes tratarem o presidente como "Lula". Em Portugal, o hábito é incluir sempre o sobrenome das autoridades, o que acaba transformando o chefe de Estado brasileiro sempre em Lula da Silva nas menções oficiais e na imprensa.

O estudante apresentou então o que seria sua interpretação da intenção dos autores com o conteúdo da carta: "Lula, e so para dizer que Portugal e um país pessimo, somos super maltratados, mas mesmo assim somos tao burros que continuamos a ir para la". Ele finalizou dizendo que os autores da carta "de fato mereciam levar com uma pedra".

Acusado de xenofobia, Semedo foi suspenso das reuniões. Estudantes brasileiros relatam, porém, o que veem como uma tentativa de abafar o caso entre a comunidade acadêmica. Isso porque, sob a justificativa de desrespeito ao regimento, as falas de Semedo foram excluídas da ata do evento --e só foram incluídas posteriormente após mais pressão dos brasileiros.

Aluno de mestrado na faculdade, o brasileiro Pedro Marangoni relata que o episódio causou indignação entre os colegas. "É claro que nós repudiamos [as declarações], mas também o fato da associação de estudantes ter omitido isso tudo da ata da reunião", diz. Os estudantes brasileiros organizaram um protesto contra a xenofobia para a próxima terça-feira (16).

Um dos organizadores, Carlos Diego, que fez parte do grupo que entregou a carta dos brasileiros à ministra Anielle Franco (Igualdade Racial), reafirma a importância do conteúdo apresentado. "As declarações ofensivas foram feitas em uma reunião importante da universidade. Foi grave", diz.

Procurado, Semedo não respondeu aos questionamentos da reportagem.

FIOCRUZ

Novo presidente quer investimentos e reposição de pessoal

O presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Mario Moreira, disse nesta sexta-feira que a instituição precisa de investimentos para modernizar suas instalações e tecnologias, ao tomar posse como presidente efetivo, depois de quatro meses e meio como interino.

"Basicamente (precisamos de) investimentos na modernização de seu sistema de ciência e tecnologia, na recuperação de prédios e atualização das plataformas tecnológicas", disse Moreira. Ele citou como exemplo um recente incêndio na sede da fundação para a necessidade de investimentos. Moreira também disse que é preciso contratar pelo menos 1.400 funcionários para repor perdas com saídas recentes por motivos como aposentadoria.

"A Fiocruz precisa urgentemente de um concurso público. Já apresenta a necessidade de uma reposição de cerca de 1.400 pessoas. Então é disso que se trata agora nossa agenda com o Ministério da Saúde e o Ministério da Gestão".

O presidente da Fiocruz destacou que, entre as prioridades da fundação, estão ampliar as articulações com institutos de pesquisa, aumentar sua presença física em outros estados e colaborar com o desenvolvimento da saúde pública de outros países da América Latina e da África. Mário Moreira estava no cargo como interino desde o dia 2 de janeiro, como substituto de Nísia Trindade, que assumiu o cargo de ministra da Saúde.

PALHAÇADA

Youtuber admite ter causado 'queda' de avião para obter curtidas

Um youtuber americano de esportes radicais admitiu ter forjado a queda de seu avião e, em seguida, se gravar pulando de paraquedas para conseguir curtidas, visualizações e promover uma publicidade. Por se tratar de um suposto acidente aéreo, o caso foi parar na Corte Federal da Califórnia (EUA), onde a armação foi descoberta.

Em dezembro de 2021, Trevor Daniel Jacob, de 29 anos, publicou um vídeo no YouTube com o título "Eu bati meu avião". Nos primeiros minutos de vídeo, ele faz parecer que algo de errado tinha acontecido no avião, xinga e salta para fora.

O youtuber já estava com um aparato completo de paraquedas e, equipado de câmeras, gravou sua queda. O avião também estava com câmeras acopladas nas laterais.

O vídeo, que tem mais de três milhões de visualizações, era patrocinado por uma marca de carteiras.

INVESTIGAÇÕES

O youtuber irá se declarar culpado de obstruir uma investigação federal, informou ontem a Promotoria da Califórnia, por ter destruído os destroços que serviriam para a investigação sobre o caso. A pena máxima pelo crime é de 20 anos.

"Ele admitiu em seu acordo de confissão ter sido feito isso com a intenção de impedir que as autoridades federais investigassem o acidente aéreo de 24 de novembro", diz a promotoria da Califórnia. O youtuber perdeu a licença para voar em abril de 2022, conforme as investigações avançavam.

"Jacob não pretendia chegar ao seu destino, mas planejava ejetar-se de sua aeronave durante o voo e fazer um vídeo de si mesmo caindo de paraquedas no chão e de seu avião enquanto ele descia e caía", diz a nota da promotoria federal da Califórnia.

Ao chegar ao solo, o youtuber foi até o local dos destroços e recuperou dados com a gravação de vídeo do voo e da queda do avião.

Aos investigadores federais, ele mentiu: disse que não sabia onde os destroços tinham ido parar e também forjou um relatório de perda total de potência da aeronave. Ele foi com um amigo de helicóptero até o local dos destroços, recuperou as ferragens e levou até sua fazenda. Lá, desintegrou os pedaços e jogou em diferentes lixeiras do aeroporto local.

FILHOS REAIS

William e Kate gastam R$ 110 mil por mês com escola

Os príncipes George, 9 e Louis, 5 e a princesa Charlotte, 8, ingressaram na Lambrook School, em Berkshire, em setembro do ano passado.

A escola é uma das principais preparatórias do Reino Unido e a mensalidade aumenta conforme a idade dos alunos.

Segundo a imprensa britânica, a mensalidade de George, que está no 5º ano, custa £6.999, o equivalente a R$ 43 mil. A de Charlotte, que está no 3º ano, custa £6.448, o equivalente à cerca de R$ 40 mil. Por fim, a de Louis, que está na pré-escola, custa £4389, o equivalente a R$ 27 mil.

No total, William e Kate Middletton devem gastar £17.836 por mês com a educação dos filhos, o equivalente R$ 110 mil.